

**EUNICE MARIA DA SILVA OLIVEIRA**

**O ATENDIMENTO EDUCACIONAL REALIZADO EM UMA SALA DE  
RECURSOS EM UMA ESCOLA DA REDE PÚBLICA DO DF**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em  
Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão, da  
Faculdade UAB/UNB - Pólo de Alexânia. Orientador:  
Professor Adriano José Hertzog Vieira

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

EUNICE MARIA DA SILVA OLIVEIRA

### **O ATENDIMENTO EDUCACIONAL REALIZADO EM UMA SALA DE RECURSOS EM UMA ESCOLA DA REDE PÚBLICA DO DF**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UAB/UnB. Apresentação ocorrida em 16/04/2011.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

---

ADRIANO JOSÉ HERTZOG VIEIRA (Orientador)

---

SUSANA SILVA CARVALHO (Examinadora)

---

EUNICE MARIA DA SILVA OLIVEIRA (Cursista)

BRASÍLIA/2011

## DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado a todos os meus colegas que me deram apoio nesta jornada acadêmica e as pessoas que lutam por seus mais variados objetivos, tendo sempre uma meta a atingir.

## **AGRADECIMENTOS**

Quero agradecer ao Ministério da Educação e Cultura por ter me proporcionado mais essa oportunidade de crescimento profissional, aos meus pais por me ensinarem o valor do trabalho, a minha família pela compreensão nas horas em que não tinha tempo para atender a solicitação de cada um, a meus irmãos por acreditarem no meu potencial e aos meus colegas da Secretaria de Educação pela cooperação durante e na conclusão deste trabalho.

## RESUMO

Esta pesquisa tem por tema sala de recursos e o seu objetivo é conhecer como é realizado o apoio ao Aluno Portador de Necessidade Educacionais Especiais (ANEE) no interior de uma sala de recursos de uma escola da rede pública do Distrito Federal. A metodologia utilizada foi a metodologia qualitativa tendo como instrumentos: o questionário e a observação. Esta pesquisa comprovou a importância deste espaço reservado a esse público do sistema educacional de ensino e a repercussão deste trabalho na vida escolar desse aluno.

**Palavras chaves: inclusão - sala de recursos – ANEE**

# SUMÁRIO

RESUMO .....	05
APRESENTAÇÃO .....	08
I - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	10
1.1.....	-
Contribuições da Perspectiva Histórico - Cultural.....	10
1.2 - Histórico da Educação Especial no Distrito Federal.....	12
1.3 - Inclusão Escolar.....	13
1.4 – Caracterização da Sala de Recursos.....	16
1.4.1 - Caracterização do Público da Sala de Recursos.....	18
1.4.2 – Atribuições do Professor da Sala de Recursos.....	19
1.4.3 – Adequação Curricular .....	21
1.4.4 – Recursos Materiais.....	23
II - OBJETIVOS.....	25
III –METODOLOGIA.....	26
3.1 - Fundamentação Teórica da Metodologia.....	26
3.2 - Contexto da Pesquisa.....	28
3.3 - Participantes.....	29
3.4 - Materiais.....	30
3.5 - Instrumentos de Construção de Dados.....	31
3.6 - Procedimentos de Construção de Dados.....	31
3.7 – Procedimento de Análise de Dados.....	34
IV - RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	44
V - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS.....	57
APÊNDICES.....	58
ANEXOS.....	64
A - Carta de Apresentação - Escola .....	64
B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido –Professor.....	66
C -LEGISLAÇÃO.....	68

## LISTA DE TABELAS , GRÁFICOS E QUADROS

Tabela 1 - Alunos Participantes da Pesquisa.....	29
Tabela 2 - Participantes da Pesquisa.....	30
Tabela 3 - Componente Curricular.....	32
Tabela 4 - Distribuição dos atendimentos selecionados.....	33
Gráfico 1 - Tempo de Atuação Profissional .....	44
Gráfico 2 – Tempo de Atuação na SEEDF.....	46
Gráfico 3 – Alunos Atendidos na Sala de Recursos.....	45
Gráfico 4- - Participação do professor em curso de formação continuada.....	47
Quadro 1 – Alunos que necessitam de Atendimentos Especial.....	45

## **APRESENTAÇÃO**

A inclusão escolar de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (ANEE) é um tema atual e muito questionado no ambiente escolar. No Distrito Federal muitos foram os avanços para a inclusão desses alunos no Ensino Regular. A educação contemporânea trabalha com uma realidade bem diferente daquela vivenciada por muitos educadores, que ao identificarem alunos com alguma necessidade educacional especial o encaminhava para um Centro de Ensino Especial. Felizmente a realidade atual trabalha o conceito de Inclusão Escolar, os ANEEs (Alunos com Necessidades Educacionais Especiais) com capacidade de acompanhar as aulas, estão voltando para as classes de Ensino Regular, com acompanhamento especializado.

A experiência profissional de muitos educadores aponta a necessidade de um acompanhamento especializado para que a inclusão escolar se torne uma efetiva realidade. Nesse contexto, a Sala de Recursos é um dos principais serviços de apoio especializado necessário para viabilização da Educação Inclusiva. É um importante instrumento de apoio aos alunos e aos professores.

O objetivo do presente trabalho é conhecer como é realizado o apoio ao ANEE num contexto de uma sala de recursos de uma escola inclusiva do Distrito Federal, observar a frequência e o aproveitamento dos alunos atendidos neste espaço, identificar a qualificação do professor para atuar nesta sala e observar quais recursos este ambiente possui e se são utilizados adequadamente.

Para alcançar os resultados da pesquisa foi adotada a metodologia qualitativa, baseada em uma combinação de questionários e observações das situações de ensino e aprendizagem.

O trabalho identificou a importância da sala de recursos no processo de inclusão escolar. Os seguintes conceitos foram abordados no decorrer do trabalho: Contribuições da perspectiva histórico-cultural; Educação Inclusiva; Histórico da Educação Especial no DF e Caracterização da sala de recursos.

Os principais autores citados no trabalho são: Peter Mittler, professor Emérito de Necessidades Educativas Especiais da Universidade de Manchester, seu livro Educação Inclusiva, Contextos sociais aborda a inclusão escolar como meio de acabar com a exclusão social, através de uma educação qualificada para todos e Maria Teresa Égler Mantoam, Doutora em Educação, uma das maiores defensoras da educação inclusiva no Brasil, é crítica convicta das chamadas escolas especiais. Defende a inclusão com um privilégio de conviver com as diferenças.

A pesquisa foi motivada pela percepção da importância da sala de recursos no contexto escolar para efetivação da educação inclusiva e pela necessidade de uma educação de qualidade para todos. Por acreditar que um bom funcionamento da sala de recursos seja o grande desejo de muitos educadores que estão trabalhando com o novo desafio da inclusão escolar.

## **I- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **1.1- Contribuições da Perspectiva Histórico-Cultural**

Ao se abordar as questões educacionais tendo o ser humano como um ser ativo neste campo, ressalta-se a importância de se ter um conhecimento de quem ele é e como o meio em que vive pode influenciar o seu desenvolvimento.

Com base nas teorias de Vigotski entende-se por desenvolvimento humano um processo de transformações sucessivas e permanentes, que leva em consideração a herança biológica do indivíduo e as experiências vivenciadas ao longo de sua vida.

De acordo com Kelman (2009) existem três teorias que abordam o desenvolvimento humano: as teorias da maturação biológica, teorias ambientalistas e a abordagem construtivista. Essas três teorias decorrem de dois fatores: a herança biológica e o ambiente no qual o sujeito se desenvolve.

Cole (1992 apud KELMAN, 2009) considera que a teoria histórico-cultural pode ser entendida como uma nova teoria do desenvolvimento, pois introduz esta novidade: O papel que a cultura tem no desenvolvimento ontogenético, ou seja, no desenvolvimento humano.

Kelman (2009) afirma que Vigotski é o precursor da nova perspectiva histórico-cultural: “trouxe um elemento novo e fundamental, que é o papel que a cultura, a sociedade, a história exercem na formação da mente humana,”

A perspectiva histórico-cultural de Vigotski é focalizada no presente trabalho, principalmente as pesquisas que estão mais relacionadas ao tema em estudo, inclusão escolar, que são: a formação social da mente, pensamento e linguagem e defectologia.

Vigotski ao estudar o ser humano, fazendo uma analogia entre o desenvolvimento animal e o desenvolvimento humano, destaca que somente o ser humano é capaz de transcender os processos elementares (origem biológica) em processos psicológicos superiores (origem cultural). Através de uma análise crítica sobre as formas de pesquisa desenvolvidas entre seus contemporâneos, com a

ajuda de alguns colaboradores e influenciado pela doutrina marxista chegou à seguinte conclusão:

A internalização de formas culturais de comportamento envolve a reconstrução da atividade psicológica tendo como base as operações com signos. Os processos psicológicos, tal como aparecem nos animais, realmente deixam de existir, são incorporados nesse sistema de comportamento e são culturalmente reconstituídos e desenvolvidos para formar uma nova identidade psicológica. O uso de signos externos é também reconstruído radicalmente. (VIGOTSKI, p.58)

De acordo com Vigotski (2007) a internalização das atividades socialmente enraizadas e historicamente desenvolvidas é a base do salto qualitativo da psicologia animal para a psicologia humana.

Vigotski (2007) relata que durante o processo de internalização ocorrem três transformações:

- a) Uma operação que inicialmente representa uma atividade externa é reconstruída e começa a ocorrer internamente;
- b) Um processo interpessoal é transformando num intrapessoal ;
- c) A transformação de um processo interpessoal num processo intrapessoal é o resultado de uma série de eventos ocorridos ao longo do desenvolvimento. (p.57)

De acordo Vigotski (2003) a estreita correspondência entre o pensamento e a fala, característica do homem, não existe nos antropóides.

No ambiente escolar a criança relaciona-se com o meio podendo beneficiar-se das relações que estabelece com os colegas. Neste contexto a possibilidade de aprender com o outro é chamada de zona de desenvolvimento proximal.

A zona de desenvolvimento proximal contribui de forma eficaz para a aprendizagem de todos, diante da possibilidade de aprender com outro mais experiente.

Sobre a zona de desenvolvimento proximal Vigotski ressalta que:

Ela é a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes. (Vigotski, 2007, p.9)

Convém salientar a importância das contribuições de Vigotski para o processo educacional, a zona de desenvolvimento proximal é o seu diferencial, suporte importante para todo ambiente escolar que tem como meta a aprendizagem de todos os seus alunos.

O ser humano ao relacionar-se como o meio em que vive tem a oportunidade de se desenvolver intelectualmente, diante dessa oportunidade de crescimento o convívio com as diferenças insere o ANNE em um ambiente propício ao seu desenvolvimento, nos mais variados aspectos, promovendo a sua independência para atuar de forma ativa na sociedade.

## **1.2 – Histórico da Educação Especial no Distrito Federal**

A abordagem histórica da Educação Especial no Distrito Federal, um dos capítulos dessa monografia, torna evidente a mudança no tratamento dado a esse público no sistema educacional de ensino, que passa a ter direito a um sistema educacional inclusivo. Cabe ressaltar que, pela dificuldade de obter documentos históricos para tratar desse tema, as informações trazidas nesta pesquisa são apresentadas em forma de relatos e foram obtidas da Orientação Pedagógica para a Educação Especial de 2010.

Nos anos 70 nas escolas públicas do Distrito Federal (DF) inicia-se a integração, os alunos com necessidades educacionais especiais, após uma preparação no ensino especial, começam a ingressar no sistema regular de ensino. Este modelo de integração desses alunos não foi eficaz, porque o sistema regular de ensino não promovia mudanças necessárias para a adaptação desta nova clientela, pois quando a criança não se adaptava ao sistema vigente, abandonava a escola, ficava retido no sistema pela reprovação ou voltava para o ensino especial, seu lugar de origem. .

O processo de inclusão, internacionalmente proposto, iniciou-se no DF nos anos 90, onde a escola deveria adaptar-se ao estudante, possibilitando a aprendizagem e o desenvolvimento, por meio de medidas que promovessem a inclusão social do aluno.

Diante desta nova realidade, com a finalidade de adequar o atendimento ao estudante com necessidade educacional especial, a rede pública de ensino do DF propõe um quadro de mudanças gradual. Dessa forma a inclusão escolar vem ocorrendo aos poucos com o objetivo de atingir toda a rede pública com coerência e responsabilidade.

Com relação às mudanças internas no âmbito da unidade escolar indica-se aqui os seguintes pontos como foco de observação e análise: objetivos, conteúdos,

metodologias, atividades e processo avaliativo. E enfatiza-se a necessidade de se respeitar a flexibilidade da dimensão da temporalidade.

A orientação pedagógica para a Educação Especial de 2010 prevê a manutenção dos Centros de Ensino Especial diante da sua história no apoio ao estudante com necessidades educacionais especiais e por julgar de extrema necessidade o trabalho desempenhado por esses centros às necessidades específicas de determinados grupos de alunos. Como também as parcerias e convênios de e para pessoas com deficiência, pela tradição no atendimento pedagógico e apoio oferecido a esses estudantes.

Os objetivos básicos da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva são: o acesso e permanência do aluno no contexto escolar, garantindo a sua aprendizagem e o seu desenvolvimento, favorecendo aos professores a sua formação inicial e continuada, para que os mesmos sejam capacitados a diversidades de seus alunos e suas diversas formas de aprendizagens.

A diversidade encontrada no ambiente escolar constitui um ambiente propício à inclusão e a exclusão velada ocorrida nos anos 70 em nada contribui para a formação do aluno ANEE.

### **1.3 – Inclusão Escolar**

Este é um dos principais capítulos desta monografia, a inclusão escolar é o tema central desta pesquisa.

O ser humano, eminentemente social, obtém benefícios ao relacionar-se com o meio social e a segregação constitui-se em um obstáculo que pode estacionar o seu desenvolvimento pleno. A inclusão vem ao encontro de uma necessidade íntima de todo ser humano. Nesse sentido incluir é exatamente fazer com que os que estão fora, por não conseguirem o desempenho almejado ou os que jamais entraram por não serem adequados ao sistema de educação excludente, façam parte do sistema educacional atual e recebam por direito uma educação de qualidade, adequada às suas necessidades.

Segundo Carvalho (2007) a sociedade inclusiva e a escola inclusiva têm angariado a simpatia dos pais, dos educadores e da sociedade em geral. O movimento de inclusão está implícito nos ideais democráticos aceitos e proclamados universalmente.

Concordando com Carvalho, Fávero (2007) enfatiza que a inclusão escolar é aquela que se organiza para receber, no mesmo ambiente escolar todos os alunos portadores ou não de limitações significativas, de acordo com o que afirma a constituição do nosso país.

Todos têm o direito a uma educação de qualidade sem ser discriminado por qualquer diferença que venha a trazer danos ou privá-los de seus direitos.

Para Mantoam (2006) a escola inclusiva deve acolher todos os seus alunos, independentemente de suas condições sociais, emocionais, físicas, intelectuais, lingüísticas, entre outras.

Ao receber todos na escola com as suas diversas características é necessária uma mudança urgente em todos os aspectos, principalmente nos aspectos que foram o motivo da segregação e exclusão: currículo escolar, alto índice de reprovação e a forma tradicional de ensino.

Sestaro (2007) conclui que as diferenças entre as pessoas constituem a riqueza da sociedade.

É importante ressaltar que a diferença entre as pessoas e a diferença na escola pode contribuir para a superação da forma tradicional de ensino.

Segundo Mantoam (2006) superar o ensino tradicional é o propósito urgente a ser efetivado.

Pacheco (2007) concorda com Mantoan em relação ao rompimento da velha forma tradicional de trabalho, na importância da interação dos alunos com os colegas e sugere que os professores busquem na equipe de apoio a aprendizagem a solução para os problemas que enfrentam em sua sala de aula e enfatiza que a escola é responsável pelo ensino de qualidade para todos os alunos.

Superar o ensino tradicional e todas as ações inerentes a este ensino pressupõe uma formação continuada dos professores e que essa formação tenha como objetivo capacitar os docentes a atender as mais diversas formas de aprendizagem.

Prieto (2007) argumenta que os “especialistas” não devem ser somente os detentores dos conhecimentos sobre o ensino de alunos com necessidades educacionais especiais e que esses conhecimentos também podem ser apropriados por todos os profissionais de educação.

A qualidade do ensino pressupõe uma melhor capacitação dos profissionais para atender a forma contemporânea de ensinar.

Carvalho (2007) argumenta que a idéia da inclusão educacional pressupõe “a melhoria de resposta educativa da escola” para todos, em qualquer das ofertas educacionais e aponta como funções das escolas inclusivas:

Desenvolver culturas, políticas inclusivas, marcadas pela responsividade e acolhimento que oferece a todos os que participam do processo educacional escolar; promover todas as condições que permitam responder às necessidades educacionais especiais para a aprendizagem de todos os alunos de sua comunidade; criar espaços dialógicos entre os professores para que, semanalmente, possam reunir-se como grupo de estudos e troca de experiências; criar vínculos mais estreitos com as famílias, levando-as a participar dos processos decisórios em relação à instituição e a seus filhos e filhas. (CARVALHO, 2007,p.114)

Convém salientar a importância de uma mudança de modelos educacionais e buscar modelos de colaboração entre os profissionais de educação, informações sobre as diversas formas de aprendizagens e modelos educacionais onde os pais possam participar de forma mais ativa das decisões da escola relacionadas à educação de seus filhos.

Diante do desafio de ensinar a todos, importa que a estrutura educacional vigente reveja a forma tradicional de ensino para o sucesso da inclusão escolar.

Pacheco (2007) relata a experiência vivida por ele na Escola da Ponte, em Portugal, que adotou um novo método de trabalho, onde a escola como um todo deve ser responsável para que todos os alunos tenham um ensino de qualidade:

Os professores e os serviços de apoio, juntamente com as famílias, adotaram maneiras de trabalhar baseadas em colaboração, reconhecimento da experiência mútua e ajustes caracterizados por: levar em consideração o

contexto da turma, do pátio, do refeitório e das atividades sociais da escola; examinar o ensino e os fatores de aprendizagem, em vez da natureza das deficiências; centralizar a intervenção na resolução dos problemas concretos no contexto em que eles surgirem; procurar estratégias que os professores possam usar, em vez de programas específicos para os alunos; procurar soluções baseadas na adaptação de ambientes e na proposta de apoio adequado para satisfazer as necessidades de todos os alunos, em vez da integração de determinados alunos; tentar aumentar as possibilidades de participação de todos os alunos com necessidades educacionais especiais em todas as esferas da escola e da sociedade e atingir objetivos referentes ao aumento da qualidade de vida dos alunos, em vez de objetivos de restrito caráter acadêmico. (PACHECO, 2007, p.198)

A experiência vivida pelo autor é um modelo que se enquadra na realidade atual da educação inclusiva, podendo ser adotado pelas escolas para que obtenham bons resultados através de ajustes no projeto político pedagógico.

Compartilhando com Pacheco a idéia de que a escola como um todo é responsável por uma educação de qualidade para todos. Mantoam (2006) enfatiza a necessidade de mudar o paradigma educacional, indicando algumas tarefas fundamentais:

Recriar o modelo educativo tendo como eixo o ensino para todos; reorganizar pedagogicamente as escolas, abrindo espaços para a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico entre os professores, administradores, funcionários e alunos, porque são habilidades mínimas para o exercício da verdadeira cidadania, garantir aos alunos tempo e liberdade para aprender, bem como um ensino que não segregue e que reprove a repetência e formar, aprimorar e valorizar o professor para que tenha condições e estímulo para ensinar a turma toda, sem exclusões e exceções. (MANTOAN, 2007, p.41)

A segregação de um ser humano não tem mais lugar na sociedade contemporânea, a inclusão escolar e em todos os ambientes de nossa sociedade é um desafio urgente que exigirá de todos o rompimento de preconceitos herdados de uma sociedade excludente e não trouxe benefícios humanos e sociais. A inclusão contribuirá com a paz e a justiça social a todos os envolvidos.

#### **1.4 Caracterização da Sala de Recursos**

Para responder às indagações no início deste projeto, a presente pesquisa será realizada na sala de recursos generalista, pois se trata da sala de recursos oferecida na maioria das escolas públicas do DF.

Alves (2006) define a sala de recursos como sala de recursos multifuncionais e afirma que esse espaço é um espaço da escola onde o ANEE recebe apoio necessário para o seu aprendizado e o suporte para participar das atividades da escola de forma independente através da oferta de recursos apropriados às suas necessidades.

A sala de recursos é um espaço muito importante para apoiar o ANEE em suas necessidades adaptativas, cognitivas e emocionais no momento de sua chegada e na sua permanência no Ensino Regular.

A Orientação pedagógica para o Ensino Especial de 2010 concebe a sala de recursos como um serviço de natureza obrigatória e define-o como:

Serviço de natureza pedagógica, conduzido por professor especializado, que complementa e suplementa (no caso de estudantes com altas habilidades/superdotação) e complementa (para os estudantes com deficiência e TGD) as orientações curriculares desenvolvidas em classes comuns em todas as etapas e modalidades de Educação Básica. (SEEDF, 2010 p. 76)

Existem 02 (dois) tipos de salas de recursos: sala de recursos generalista e sala de recursos específica.

A sala de recursos específica tem a finalidade de oferecer apoio nas seguintes modalidades: sala de recursos para deficiente auditivo e surdocego, sala de recursos específica para estudante com deficiência visual, sala de recursos nos centros de línguas e escolas parques e sala de recursos específica para altas habilidades/superdotação.

A sala de recursos oferece ao ANEE a tecnologia assistiva (TA) que segundo Mantoam (2008) é composta de recursos e serviços adaptados às suas características e ofertados ao ANEE para que atue nas várias atividades do contexto escolar.

Os recursos são os equipamentos utilizados pela criança que lhe permite ou favorece o desenvolvimento das tarefas e os serviços atende as suas necessidades funcionais e envolvem profissionais de diversas áreas Alves (2006) defini TA como o conjunto de todos os recursos e serviços utilizados para dar maior autonomia ao ANEE proporcionando e ampliando suas habilidades funcionais.

Cabe ressaltar que a sala de recursos com um profissional preparado e com os recursos da tecnologia assistiva é primordial para o apoio ao ANNE no contexto escola e na vida diária.

### **1.4.1 - Caracterização do Público da Sala de Recursos**

A sala de recursos generalista tem a finalidade de oferecer atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência intelectual, deficiência física, deficiência múltipla e transtorno global do desenvolvimento.

Para o desenvolvimento de atividades adaptadas às características de cada ANEE, justifica-se conhecer a deficiência apresentada por ele.

Segundo a (AAMR, 2002 apud SEE/DF) a deficiência intelectual é definida como a incapacidade caracterizada por limitações significativas no funcionamento intelectual e comportamento adaptativo, expressa nas habilidades adaptativas conceituais, sociais e práticas.

Os alunos portadores de deficiência intelectual apresentam dificuldade em assimilar os conteúdos curriculares e necessitam de um apoio especializado, com materiais adequados e um atendimento focado nas suas características intelectuais.

Gil, Santos e Barbato (2010) definem deficiência física como a perda ou redução da capacidade de movimento de qualquer parte do corpo em decorrência de lesões neurológicas, neuromusculares, ortopédicas ou malformações congênicas e adquiridas.

O aluno portador de deficiência física necessita de espaço e equipamentos adequados às suas características físicas, o apoio oferecido na sala de recursos o auxiliará na realização das atividades, proporcionando-lhe acessibilidade ao espaço e às atividades curriculares.

De acordo com (Monte e Santos, 2004) a deficiência múltipla é caracterizada pelo conjunto de duas ou mais deficiências associadas, de ordem física, sensorial, mental, emocional ou de comportamento social.

Os alunos com Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) também fazem parte do público atendido na sala de recursos. Carvalho (2010) caracteriza o transtorno global do desenvolvimento como um transtorno que afeta a comunicação, a interação social e as manifestações comportamentais da criança desde os anos iniciais de sua vida.

Os estudantes com Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) são aqueles que possuem diagnósticos de autismo, síndromes do espectro do autismo e

psicose infantil, conforme classificação do Ministério da Educação (MEC/SEESP, 2007).

A característica individual de cada um está relacionada à sua forma única de ser, conseqüentemente também estará relacionada à sua forma individual de aprender e de relacionar-se com o mundo. Decorre daí que a sala de recursos precisa ser um espaço possibilitador da vivência das diversidades.

#### **1.4.2 – Atribuições do Professor da Sala de Recursos**

O professor da sala de recursos tem a função de colaborar com o professor da classe comum, definindo estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso e a interação do aluno com a comunidade escolar, promovendo a complementação ou a suplementação curricular específica. Entretanto para atuar na sala de recursos generalista o professor deve ter uma formação específica.

Os profissionais que atuam em salas de recursos generalistas, de acordo com a Orientação Pedagógica para o Ensino Especial de 2010, têm as seguintes atribuições:

Com relação ao aspecto motor do ANEE cabe ao professor: Promover atividades para que o aluno conheça o seu corpo e saiba utilizá-lo de forma autônoma para realizar as suas necessidades básicas; ser o elo de ligação entre o professor regente e o profissional de Educação Física do Centro de Ensino Especial orientando o professor do Ensino Regular quanto a forma de trabalhar o aspecto motor do ANEE; proporcionar ao aluno com deficiência física materiais adaptados para que possa ter acesso ao currículo, espaços da instituição escolar, bem como a rotina da mesma; dar apoio aos estudantes para a sua adaptação ao uso de prótese do membro inferior ou superior; capacitar o aluno para o uso da informática acessível, uso do computador e o uso da tecnologia assistiva que lhe for necessário para um bom desempenho acadêmico.

Para o desenvolvimento da linguagem do ANEE cabe ao professor: proporcionar a utilização da comunicação aumentativa e alternativa necessária para a sua comunicação no espaço escolar e na sua vida diária; providenciar o material

de suporte pedagógico, prancha de comunicação temática para cada atividade para favorecer a aprendizagem, a comunicação e a ampliação dos símbolos gráficos; utilizar a informática acessível como suporte para a aprendizagem do aluno e de acordo com a necessidade física ou sensorial do aluno promover o seu acesso a aprendizagem adequando a tecnologia assistiva a necessidade dessa criança; disponibilizar e capacitar o ANEE a utilizar “softwares” de comunicação aumentativa e alternativa, proporcionando-lhe expressão comunicativa; buscar uma melhoria comunicativa por meio das atividades curriculares e no cotidiano do estudante.

Buscando oferecer ao ANEE o acolhimento necessário cabe ao professor: organizar a adaptação do ambiente da sala de aula para facilitar o acesso e a permanência da criança com maior acolhimento; dar orientação aos professores regentes para sua organização pedagógica, com a finalidade de atender as necessidades dos alunos, promovendo à sua aprendizagem; preparar previamente os materiais a serem utilizados, para facilitar a compreensão do aluno em relação à tarefa a ser desenvolvida; prever uma rotina adequada para cada estudante; identificar a sala de recursos para facilitar o acesso dos estudantes; iniciar com tarefas curtas e que necessitam de pouco material e gradativamente aumentar a sua complexidade; identificar fatores que possam desencadear problemas de comportamento e incentivar a comunicação do estudante oferecendo-lhe mecanismos para pedir o auxílio necessário.

O professor que deseja atuar na sala de recursos deve submeter-se a uma entrevista com equipe técnica da unidade de gestão central responsável pela Educação Especial na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal onde serão observados os seguintes fatores:

- atitudes e sentimentos positivos em relação ao estudante com deficiência e no pronto atendimento às suas necessidades biopsicossocial;
  - expectativas favoráveis sobre seu desenvolvimento e aprendizagem;
  - motivação para o trabalho e envolvimento com os seus resultados;
  - abertura a mudanças e flexibilidade na atuação docente;
  - disponibilidade para enfrentar desafios;
  - valores e crenças favoráveis sobre deficiência, pessoa com deficiência e diversidade; atitude de enfrentamento dos obstáculos à acessibilidade do educando e ao seu sucesso acadêmico;
  - bom relacionamento interpessoal;
  - atitude positiva em relação à inclusão escolar e social;
  - disponibilidade para capacitação profissional; e
- iniciativa e criatividade (SEEDF,2010 p.60)

O profissional que atua na sala de recursos exerce um importante papel na efetivação da educação inclusiva. Cabe a esse profissional, com perfil necessário para atuar na sala de recursos, seguir as orientações constantes na orientação pedagógica para a Educação Especial usando sua criatividade para superar os novos desafios.

### **1.4.3 – Adequação Curricular**

Para o acolhimento dos estudantes portadores de necessidades educacionais especiais no ensino regular, é necessária a atenção especial para a adequação do currículo às características desses alunos, como forma de garantir não só o acesso, mas a permanência, garantindo um ensino de qualidade, caracterizada pelo processo efetivo de aprendizagem.

Para Pacheco (2007) as opções para adaptação curricular são: alterar as demandas das tarefas, alterar a maneira de como a tarefa é realizada ou o produto da tarefa. Tais ajustes têm por finalidade assegurar a participação do ANEE na realização da tarefa, buscando promover o seu desempenho acadêmico.

De acordo com a Orientação Pedagógica de 2010 as adequações curriculares são compreendidas como medidas pedagógicas que se destinam ao atendimento dos estudantes com necessidades educacionais especiais de modo a favorecer a sua escolarização. Essas adequações são definidas como alterações ou recursos especiais, materiais ou de comunicação voltadas a facilitar a aplicação do currículo escolar de forma mais compatível com as características específicas dos estudantes.

Segundo Carvalho (2007) a igualdade de oportunidade significa dar a cada um o que necessita em função de seus interesses e características. Tal afirmação corrobora com o espírito da legislação.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional propõe o recurso da adequação curricular como resposta às demandas de aprendizagem de um número elevado de estudantes prejudicados pela massificação existente na educação formal decorrentes da homogeneização da ação pedagógica e da rigidez dos currículos.

As adequações curriculares são primordiais para a qualidade do ensino aprendizagem do ANEE, e quando são muito significativas mexem com a rotina do

trabalho pedagógico com a turma. Essas mudanças têm por finalidade promover a participação de todos os alunos no processo de ensino aprendizagem, assegurando ao ANEE o seu direito de acesso à aprendizagem.

Através de uma avaliação será detectada as reais necessidades de apoio ao estudante, a fim de detectar a intensidade, a duração e a especificidade das adequações necessárias. Em alguns casos, a manutenção de parcerias com instituições especializadas e de estruturas e serviços de apoio paralelos, bem como de convênios com áreas de saúde, assistência social, trabalho e lazer se faz necessária.

O apoio dado a esses alunos pode ser considerado, de acordo com sua intensidade em: intermitentes (episódicos), limitado (por tempo determinado), extensivo (em ambiente definido) e pervasivo (constante).

Segundo SEEDF (2010) as formas em que as adequações curriculares acontecem são de acordo com: os níveis, a natureza, os elementos do currículo, a acessibilidade, a adequação na temporalidade e a terminalidade específica do ensino fundamental.

Os níveis das adequações curriculares apontam que as mesmas devem realizar-se na proposta pedagógica da instituição educacional, no currículo desenvolvido na sala de aula e no plano individual do aluno.

A natureza das adequações curriculares indica que as ações dos docentes devem ser norteadas em critérios que identificam o que o estudante deve aprender, como e quando ele deve aprender, que formas de organização de ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem, como e quando avaliar.

Adequações nos elementos do currículo são organizativas (englobam agrupamento de estudantes), organização temporal (ordem de apresentação dos conteúdos) e os materiais a serem utilizados; objetivos e conteúdos (definem prioridades de certas áreas de conteúdos); avaliativas (consistem na seleção de técnicas e instrumentos) e procedimentos didáticos e atividades de ensino-aprendizagem (referem-se à seleção e à adaptação de métodos).

Os recursos de acessibilidade ao currículo referem-se a equipamentos, serviços, métodos de comunicação e recursos materiais que são disponibilizados pelo sistema educacional inclusivo com o objetivo de dar condições de acessibilidade aos estudantes.

Adequações na temporalidade referem-se à flexibilização do tempo previsto para a conclusão de determinados conteúdos, objetivos ou unidades escolares.

Terminalidade específica do ensino fundamental indica o direito do estudante obter o certificado de terminalidade específica expedido pela instituição educacional mesmo que o ANNE não tenha atingido o exigido para a conclusão desta modalidade de ensino.

Constitui uma das atribuições da sala de recursos responsabilizar-se junto aos docentes pela garantia da adequação curricular tão necessária ao aluno com necessidades educacionais especiais. As adequações curriculares são medidas pedagógicas que tem por objetivo atender aos estudantes com necessidades educacionais especiais de forma a favorecer a sua aprendizagem.

Fazer a adequação curricular constitui-se em uma tarefa muito complexa, principalmente porque esta adequação deve estar aliada a aprendizagem do aluno em questão.

#### **1.4.4- Recursos Materiais**

Os recursos materiais disponibilizados na sala de recursos são muito importantes para o seu bom funcionamento, nesse tópico serão abordados os recursos materiais necessários para um bom funcionamento de uma sala de recursos.

A Orientação Pedagógica para o Ensino Especial não enumera os recursos materiais que a sala de recursos deve ter, apenas atribui a sala de recursos identificação, a elaboração e organização de recursos pedagógicos e de acessibilidade com objetivo de eliminar as barreiras para a plena participação do aluno ANNE no processo ensino-aprendizagem.

Alves (2006) aponta que são vários os recursos pedagógicos e materiais que fazem parte do espaço da sala de recursos e cita alguns deles, aqui se encontram somente os recursos que relacionam a sala de recursos generalista:

. jogos pedagógicos que valorizam os aspectos lúdicos, a criatividade e o desenvolvimento de estratégias de lógica e pensamento. Os jogos e matérias pedagógicos podem ser confeccionados pelos professores da sala de recursos e devem obedecer a critério de tamanho, espessura, peso e cor, de acordo com a habilidade motora e sensorial do aluno. São úteis as sucatas, folhas coloridas, fotos e gravuras, velcro, imãs, etc;

. jogos pedagógicos adaptados para atender às necessidades educacionais especiais dos alunos, como aqueles confeccionados com simbologia gráfica utilizada nas pranchas de comunicação correspondentes à atividade proposta pelo professor ou aqueles que têm peças grandes, de fácil manejo, que contemplam vários temas e desafios para escrita, cálculo, ciências, geografia, histórias e outros;

. mobiliários adaptados, tais como: mesa com recorte, ajuste de altura e ângulo do tampo, cadeiras com ajustes para controle do tronco e cabeça do aluno, apoio de pés, regulagem de inclinação do assento com rodas, quando necessário; tapetes antiderrapantes para o não deslocamento das cadeiras;

. Engrossadores de lápis e pincéis, suporte para livro (plano inclinado), tesoura adaptada, softwares, brinquedos e miniaturas para o desenvolvimento da linguagem, reconhecimento de formas e atividades da vida diária, e outros materiais relativos ao desenvolvimento do processo educacional (ALVES, 2006, p.20).

Os materiais sugeridos por Alves são muito importantes para uma boa sala de recursos que tem por objetivo atender a todos os alunos que necessitam desse espaço.

No ano de 2010 o MEC iniciou a implantação de salas de recursos em todo o país fez um manual onde consta uma lista de material que chegará às escolas cadastradas neste programa que tem por título “Programa de Implantação da sala de Recursos Multifuncionais.” Os materiais que o MEC disponibiliza para a sala de recursos são:

.Equipamentos: 2 microcomputadores, 1 lap top, 1 estabilizador, 1 scanner, 1 impressora a laser, 1 teclado com colméia, 1 acionador de pressão, 1 mouse com entrada para acionador e 1 lupa eletrônica.

Mobiliário: 1 mesa redonda, 4 cadeiras, 1 mesa par impressora, 1 armário, 1 quadro branco, 2 mesas para computadores, 2 cadeiras.

. Material didático/pedagógico: 1 material dourado, 1 esquema corporal, 1 bandinha rítmica, 1 jogo da memória de numerais, 1 tapete alfabético encaixado, 1 software comunicação alternativa, 1 sacolão criativo monta tudo, 1 quebra cabeça-sequência lógica, 1 dominó de associação de idéias, 1 dominó de frases, 1 dominó de animais em libras, 1 dominó de frutas em libras, 1 dominó tátil e um alfabeto tátil.(MEC, 2010, p.11)

Convém ressaltar que esse material ainda está chegando às escolas, aos poucos, enquanto a escola não dispõe dele cabe ao professor usar da sua criatividade para confeccionar outros materiais que se fizerem necessários, buscando sempre atender as necessidades do ANEE.

## II- OBJETIVOS

Reconhecendo que o ser humano é naturalmente social e não deve ser segregado pelo fato de ser portador de uma deficiência ou pelo fato de ter outra característica qualquer que o impeça de interagir com os demais seres de sua espécie. Segundo Kelman (2009) o ser humano é marcado pelas diferenças, necessitamos entendê-las e respeitá-las para que todos possam se desenvolver.

A presente pesquisa tem os seguintes objetivos: Conhecer como é realizado o apoio ao ANEE num contexto de uma sala de recursos de uma escola inclusiva do Distrito Federal, observar a frequência e o aproveitamento dos alunos atendidos neste espaço, identificar a qualificação do professor para atuar nesta sala e observar quais recursos este ambiente possui e se são utilizados adequadamente.

Considerando que a sala de recursos é um instrumento muito importante para a inclusão escolar do ANEE, como ela deve apoiar o aluno inserido no ensino regular? Quais alunos necessitam do apoio da sala de recursos e com que frequência deve ser o seu atendimento? Como deve funcionar uma sala de recursos e quais os recursos necessários para uma sala ideal? Como a escola pode apoiar a sala de recursos para o desempenho de um bom trabalho? Qual a qualificação e atribuições dos profissionais que atuam nesta sala?

### III – METODOLOGIA

#### **3.1 – Fundamentação Teórica da Metodologia**

O capítulo que segue terá por objetivo apresentar o caminho metodológico escolhido para realizar a pesquisa desenvolvida. Pesquisar requer um cuidadoso processo de construção de caminhos onde o pesquisador escolhe um tema a ser pesquisado e optará pelo método mais adequado a sua pesquisa para proceder a sua investigação.

De acordo com o dicionário Aurélio pesquisar consiste em buscar com diligência, inquirir e investigar, informar a respeito de. Além desses significados, existem outros que podem explicitar a palavra pesquisar.

No presente trabalho, O ATENDIMENTO EDUCACIONAL REALIZADO EM UMA SALA DE RECURSOS DE UMA ESCOLA DA REDE PÚBLICA DO DF a direção assumida foi a da pesquisa qualitativa que de acordo com Denzin e Lincoln (2006) traz a seguinte definição:

A pesquisa qualitativa é uma atividade situada que localiza o observador no mundo. A pesquisa qualitativa envolve uma abordagem naturalista interpretativa, para mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais tentando entender, ou interpretar os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem. (p. 17)

Denzin e Lincoln consideram como pesquisa qualitativa os seguintes métodos e abordagens: o estudo de caso, a política e a ética, a investigação participativa, a entrevista, a observação participante, métodos visuais e a análise interpretativa.

Ao investigador cabe o compromisso de empregar mais de uma prática interpretativa em qualquer estudo para compreender melhor o assunto em questão.

A pesquisa qualitativa adota a concepção de conhecimento referente ao campo social, segundo Denzin e Lincoln (2006):

Os pesquisadores qualitativos ressaltam a natureza socialmente construída da realidade, a íntima relação entre pesquisador e o que é estudado e as limitações situacionais que influenciam a investigação. Esses pesquisadores enfatizam a natureza repleta de valores da investigação. Buscam solução para as questões que realçam o modo como a experiência social é criada e adquire significado. (p. 23)

Na pesquisa qualitativa existe o observado e o observador, este último também faz parte da pesquisa por estar presente no contexto a ser observado, constituindo-se em um observador participante. A observação situa observador e observado, não sendo ela objetiva, localiza o mundo de ambos e a ligação entre esses mundos.

Para obter dados essenciais a uma investigação, a pesquisa qualitativa permite a utilização dos seguintes instrumentos: entrevistas, observação, artefatos, documentos e registros, métodos visuais, auto-etnografia, métodos de controle de dados, análise auxiliada por recursos computacionais, análise textual, grupos focais e etnografia aplicada.

É importante enfatizar a observância do código de ética que aponta para as seguintes questões: consentimento informado, postura contrária a fraude, privacidade e fidelidade e precisão.

Os instrumentos selecionados para a realização deste trabalho foram: o questionário e a observação. Questionário porque disponibiliza um tempo maior para o entrevistado responder as perguntas feitas com calma e com mais coerência possível e a observação porque permite a observação do fenômeno no momento em que ele acontece.

Para a PLENA argumentação dos questionamentos levantados foram utilizados os seguintes instrumentos: observação e questionário.

A observação ajudou o pesquisador a identificar e obter dados sobre a realidade de um atendimento em uma sala de recursos, a interação entre professor e aluno e os recursos disponíveis e utilizados em cada atendimento.

Através dos questionários aplicados aos professores foi possível conhecer a opinião dos participantes sobre a inclusão escolar de ANEEs e a importância da sala de recursos, obter informações sobre a qualificação dos professores, tempo de atuação, número de alunos atendidos e frequência dos atendimentos nas salas de recursos da escola pesquisada.

Considerando os elementos apresentados acerca da pesquisa qualitativa, sua importância, benefícios e instrumentos, espero contribuir com outros pesquisadores na trilha de suas pesquisas.

### **3.2 - Contexto da Pesquisa**

A presente pesquisa foi realizada numa escola pública do DF que trabalha o conceito de Inclusão Escolar. A escola faz parte da Diretoria Regional de Ensino de São Sebastião, fundada no ano de 2001, para atender a crescente demanda de alunos dessa cidade em desenvolvimento.

É uma escola ampla e espaçosa, com 10 salas de aulas, está localizada em um terreno com 5800 m<sup>2</sup>, com um amplo espaço arborizado e adequado para o recreio dos alunos.

A escola conta com um organograma de gestão contendo as seguintes funções: Equipe gestora, formada pelo Diretor, vice-diretora, supervisor administrativo, supervisor pedagógico, secretário escolar e coordenadora pedagógica e uma equipe de apoio à aprendizagem formada por uma pedagoga e uma psicóloga.

No ano de 2010 havia 1000 (mil) alunos matriculados nas séries iniciais do ensino fundamental, deste total 16 (dezesesseis) ANEEs atendidos na sala de recursos. A escola oferece 02 (dois) tipos de salas de recursos, uma específica para

atendimento de alunos com deficiência auditiva e uma sala de recursos generalista onde a pesquisa foi realizada.

### **3.3- Participantes**

Para alcançar os resultados esperados participaram da pesquisa: a professora da sala de recursos, 05 (cinco) alunos atendidos na sala de recursos, a professora regente de cada turma onde estuda o ANEE e a pesquisadora, perfazendo um total de 12 (doze) participantes.

Para preservar a identidade de todos os participantes foram utilizados nomes fictícios na apresentação dos mesmos.

A tabela a seguir apresenta o nome fictício do aluno, a deficiência apresentada e a idade cronológica de cada um:

#### 1- Alunos Participantes da Pesquisa

<b>Nome fictício</b>	<b>Deficiência apresentada</b>	<b>Idade cronológica</b>
João	Deficiência Intelectual	10 anos
Maria	Deficiência Intelectual	9 anos
Ana	Deficiência Intelectual e física	9 anos
Pedro	Deficiência Intelectual	9 anos
Tiago	Deficiência Intelectual	10 anos

Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE). Para se referir às professoras participantes da pesquisa foram utilizadas as letras do alfabeto.

Na tabela abaixo consta o nome da professora, representado por uma letra do alfabeto, o nome do seu aluno e a turma onde a professora estava atuando no momento:

## 2- Participantes da Pesquisa

<b>Professora</b>	<b>Nome do aluno</b>	<b>Turma a que pertence</b>
A	João	3º ano
B	Maria	3º ano
C	Pedro	2º ano
D	Ana	3º ano
E	Thiago	3º ano
Z	Todos os alunos acima	Sala de recursos

## **3.4 – Materiais**

Na presente pesquisa foram utilizados os seguintes materiais:

- caneta
- Termo de consentimento
- autorização para a pesquisa
- bloco de anotações para as observações realizadas
- Questionários

### **3.5 - Instrumentos de Construção de Dados**

Para construção dos dados obtidos na presente pesquisa foram utilizados os seguintes instrumentos: observação, com método interpretativo e questionários com questões abertas e fechadas.

Foi observado um atendimento de cada aluno participante da pesquisa, no total de 04 (quatro) observações, sendo 03 (três) atendimentos individuais e (01) um atendimento em dupla. No atendimento foram observados os seguintes itens: estrutura do espaço destinado à sala de recursos; recursos utilizados; relacionamento professor x aluno; satisfação do aluno; comprometimento do aluno ao realizar a atividade e desempenho do professor.

Na pesquisa foram utilizados 02 (dois) questionários diferentes, sendo um destinado a professora da sala de recursos e o outro as professoras regentes de turma com alunos ANEEs. Cada questionário contava com 10 (dez) perguntas abertas e mistas.

### **3.6 – Procedimentos de Construção de Dados**

Para proceder à investigação sobre a sala de recursos foi utilizado os seguintes critérios para a seleção da instituição e dos participantes da pesquisa: ser escola pública, localizada próxima ao domicílio do pesquisador e que tem matriculados Alunos com Necessidades Educacionais Especiais que recebem o auxílio da sala de recursos.

Obtidas as autorizações do diretor da escola e de todos os participantes da pesquisa, por meio dos termos de Consentimento Livre e Esclarecido foram iniciadas as observações que duraram três semanas. As observações aconteceram 02(duas) vezes por semana, sendo que a cada dia eram observados 02(dois) atendimentos, com a duração de 01 (uma) hora cada, num total de 12 (doze) atendimentos observados. Para o levantamento dos dados necessários à pesquisa foram escolhidos 04 (quatro) atendimentos sendo: 03 (três) atendimentos individuais e um atendimento em dupla. As situações selecionadas foram as que mais apresentaram dados relevantes ao estudo em questão.

Para coletar os dados para esta pesquisa o pesquisador partiu das observações feitas em um contexto de uma sala de recursos, posteriormente todas as professoras envolvidas na pesquisa responderam um questionário.

**Características do local onde ocorreram as observações:**

A sala de recursos tem 12 m<sup>2</sup>, um computador ligado a internet, 04(quatro) armários, onde são guardados os materiais pedagógicos, os jogos, as fichas de atendimento e os instrumentos necessários ao bom desenvolvimento do trabalho pedagógico e 04 (quatro) carteiras escolares com 04 (quatro) cadeiras.

**Observações:**

As atividades realizadas durante os atendimentos foram divididas de acordo com o componente curricular, da seguinte forma:

3 – Componente Curricular

<b>Componente curricular</b>	<b>Atividades realizadas</b>	<b>Episódios selecionados</b>
Educação Física	2	0
Português	2	1
Matemática	2	1
Artes Plásticas	6	2
Total	12	04

4-distribuição dos atendimentos selecionados:

<b>Sessão</b>	<b>Duração</b>	<b>Contexto</b>	<b>Aluno observado</b>	<b>Data</b>	<b>Turno</b>
1ª	60 min	Português	João	18/11/10	Vespertino
2ª	60 min	Artes plásticas	Maria	23/11/10	Vespertino
3ª	60 min	Matemática	Thiago	25/11/10	Matutino
4ª	60 min	Artes plásticas	Ana e Pedro	02/12/10	Vespertino

### **Questionários**

Foi aplicado 01 (um) questionário para cada professora do ensino regular, totalizando 05 (cinco) questionários e 01 (um) questionário para a professora da sala de recursos.

#### **Questionário respondido pelas professoras do ensino regular:**

O questionário respondido por essas professoras contém 08 (oito) perguntas fechadas e 02 (duas) perguntas mistas, totalizando 10 (dez) perguntas.

Através dessas perguntas são obtidas as seguintes informações: tempo de atuação como professor, tempo de atuação na SEEDF, número de alunos que necessitam de um atendimento educacional especializado, opinião sobre a inclusão das Crianças com Necessidades Educacionais Especiais na escola regular, número de alunos atendidos na sala de recursos, melhorias observadas no aluno atendido pela sala de recursos, formação continuada do professor, apoio oferecido pela escola a sala de recursos e opinião sobre a sala de recursos

#### **Questionário respondido pela professora da sala de recursos:**

O questionário respondido pela professora da sala de recursos contém 08 (oito) perguntas fechadas e 02 (duas) perguntas mistas, totalizando 10 (dez) perguntas.

Através dessas perguntas são obtidas as seguintes informações: opinião sobre a inclusão de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais no ensino regular, importância da sala de recursos, apoio oferecido aos alunos atendidos pela

sala de recursos, material disponível na sala de recursos, número de alunos atendidos, frequência dos atendimentos, participação da professora em entrevista para atuar na sala de recursos, treinamento recebido pela professora para atuar na sala de recursos e formação continuada da professora.

### **3.7 – Procedimentos de Análise de Dados**

Neste espaço foram apresentados os dados necessários para o desenvolvimento da investigação sobre o contexto da sala de recursos. Questionários:

Foram aplicados questionários aos professores regentes que têm aluno atendido na sala de recursos. Foram obtidas informações relacionadas à atuação profissional.

#### **1-Tempo de atuação**

Professora A: 1 a 10 anos

Professora B: 1 a 10 anos

Professora C: 11 a 20 anos

Professora D: 1 a 10 anos

Professora E: 1 a 10 anos

#### **2-Tempo de atuação na SEEDF**

Professora A: 1 a 10 anos

Professora B: 1 a 10 anos

Professora C: 1 a 10 anos

Professora D: 1 a 10 anos

Professora E: 1 a 10 anos

### **3 - Quantidade de alunos que necessitam de um atendimento educacional especializado**

Professora A: 2 alunos

Professora B: 4 alunos

Professora C: 1 aluno

Professora D: 1 aluno

Professora E: 1 aluno

### **4- Opinião sobre a inclusão de crianças com Necessidades Educacionais especiais no Ensino Regular**

Professora A: Considera a inclusão escolar importante, pois insere o aluno com necessidades especiais no mesmo ambiente dos outros alunos, elimina as diferenças.

Professora B: Considera excelente, mas aponta a necessidade de incentivos para que o professor invista na sua qualificação.

Professora C: Considera importante, pois ajuda a todos os envolvidos a conviver com as diferenças.

Professora D: Considera a inclusão escolar necessária, desde que seja feita com responsabilidade, aponta a falta de qualificação e as limitações encontradas pelos professores na rede pública de ensino como pontos negativos.

Professora E: Considera que a inclusão escolar só é possível quando existem profissionais especializados e recursos apropriados.

### **5- Quantidade de alunos atendidos na sala de recursos**

Professora A: 2 alunos

Professora B: 2 alunos

Professora C: 1 aluno

Professora D: 1 aluno

Professora E: 1 aluno

## **6-Melhorias apresentadas pelos alunos atendidos na sala de recursos**

Professora A: apontou as seguintes melhorias: melhor participação, superação de limites e auxílio significativo na aprendizagem cognitiva e recreativa.

Professora B: melhor socialização, maior interesse e participação dos alunos.

Professora C: demonstram maior atenção e concentração.

Professora D: observou melhorias, mas não apontou quais.

Professora E: apresentam melhoria na auto-estima e desenvolvem as atividades com mais independência.

## **7- Mudanças comportamentais a partir da freqüência na sala de recursos**

Professora A: o comportamento melhorou bastante

Professora B: o comportamento melhorou, mas precisa melhorar ainda mais.

Professora C: o comportamento melhorou bastante

Professora D: o comportamento melhorou, mas precisa melhorar

Professora E: o comportamento melhorou

## **8 – Participação em cursos de formação continuada**

Professora A: não participa.

Professora B: não participa, mas tem pretensão de participar.

Professora C: não participa.

Professora D: participa.

Professora E: participa.

## **9 - Apoio oferecido pela escola a sala de recursos**

Professora A: A direção dá todo apoio necessário e acredita na inclusão escolar.

Professora B: A direção dá todo apoio necessário e acredita na inclusão escolar.

Professora C: A direção dá todo apoio necessário e acredita na inclusão escolar.

Professora D: A direção dá todo apoio necessário e acredita na inclusão escolar

Professora E: A direção dá todo apoio necessário e acredita na inclusão escolar

## **10 - Definição da sala de recursos**

Professora A: Considera a sala de recursos um espaço reservado para atender os alunos com necessidades educacionais especiais, oferecendo o auxílio necessário para cada um, de acordo com as suas necessidades.

Professora B: Define a sala de recursos como um suporte de apoio para as crianças portadoras de necessidades especiais, oferecendo diversidade de recursos para o desenvolvimento cognitivo desses alunos.

Professora C: define a sala de recursos como um apoio muito importante, tanto para o estudante quanto para o professor regente.

Professora D: Considera um auxílio importante para que o desempenho da criança com necessidades educacionais especiais seja satisfatório.

Professora E: Define a sala de recursos como um instrumento a mais para um caminho de inclusões verdadeiras.

### **Questionário aplicado a professora da sala de recursos**

#### **1 – Opinião sobre a inclusão de alunos portadores de necessidades educacionais especiais no ensino regular.**

Considera um avanço na vida dos alunos, e aponta que caso não haja avanço no aprendizado, haverá o ganho social.

#### **2– A importância da sala de recursos para o processo de inclusão escolar.**

Considera importante o apoio oferecido pela sala de recursos.

#### **3 – Como deve ser o apoio oferecido pela sala de recursos ao aluno.**

Afirma que a sala de recursos deve fazer atendimento individual ou coletivo utilizando materiais diferenciados, dando suporte ao trabalho do professor e apoio às famílias dos alunos atendidos.

#### **4- Disponibilidade de material necessário para um bom atendimento na sala de recursos.**

Aponta que, aos poucos, a sala de recursos está recebendo os recursos materiais necessários ao atendimento do aluno.

#### **5- Quantidade de alunos que atendidos pela sala de recursos**

A professora da sala de recursos atente de 12 a 16 alunos.

**6- Freqüência que o aluno deve ser atendido na sala de recursos**

Afirma que o aluno de ser atendido 02(duas) vezes por semana.

**7- Participação em entrevista na Gerência de Ensino Especial para atuar na sala de recursos**

Afirma ter participado.

**8- Participação em curso de treinamento prévio para atuar na sala de recursos**

Afirma ter participado de curso de treinamento prévio.

**9- Participação em curso de formação continuada**

Está participando de uma formação continuada na EAPE.

**10- Participação em curso ligado a área em que atua.**

Participa.

**OBSERVAÇÕES DOS ATENDIMENTOS REALIZADOS NA SALA DE RECURSOS**

**Episódios selecionados:**

- 1) Aluno: João  
Série: 3º ano A  
Idade: 10 anos  
Deficiência Intelectual  
Duração do atendimento: 60 minutos  
Data do atendimento: 18/11/2010

Episódio: A professora acolheu o aluno, apresentou o material a ser utilizado e perguntou o que o material sugeria. A professora falou sobre o Natal e perguntou ao aluno o que tinha no Natal. João citou algumas coisas que tinha no Natal e a professora propôs que o mesmo desenhasse os símbolos do Natal. João desenhou uma árvore de natal e perguntou, duas vezes, se a sua árvore estava feia.

A professora sugeriu que a árvore poderia ter estrelas e bolas de Natal e em seguida sugeriu também que ele desenhasse os presentes.

O aluno parou de desenhar e comentou que estava feliz porque nas férias viajaria para outra cidade.

O aluno comentou, de forma precisa, sobre uma notícia policial que tinha visto na TV.

João desenhou a vela e a professora pediu que ele então fizesse o sino. Ele disse que não sabia fazer sino, então a professora fez um e sugeriu que ele fizesse o dele e ele fez. Depois a professora sugeriu que ele fizesse um anjo. Enquanto desenhava o aluno comentou que ia passar para a 3ª série (4º ano) .

No final a professora pediu que ele escrevesse o nome dele completo.

A professora percebeu que o aluno estava se distraindo constantemente com a imagem de uma professora que refletia na janela.

A professora pediu para João escrever a data, mas ele não sabia escrever, ela sugeriu que ele procurasse no calendário.

O aluno não mantinha uma postura correta ao senta-se, por diversas vezes o mesmo escorregava da cadeira.

Em seguida a professora enumerou os desenhos e propôs que João escrevesse o nome dos objetos que ele desenhou. O aluno apresentou resistência e não demonstrou interesse em realizar a atividade. A professora pegou o alfabeto móvel e o aluno montou a 1ª palavra com o alfabeto. O aluno pegou as letras do alfabeto e formou o seu nome. O aluno teve muita dificuldade em formar a palavra presente e foi auxiliado pela professora, que continuou auxiliando João na identificação dos sons das letras. Quando associava as letras ao som e formava a palavra dizia que ele era inteligente. O aluno ficou contente ao terminar a atividade. A professora propôs a leitura das palavras. João leu as palavras com fluência.

#### Comentários:

O atendimento foi realizado na sala de recursos, o espaço estava previamente preparado para receber o aluno. A professora já havia separado previamente os materiais que seriam utilizados por João: papéis coloridos, cola, tesoura, lápis, borracha e alfabeto móvel.

A professora manteve uma relação de cortesia com o aluno e demonstrou ter muita paciência para lidar com a situação, já que João muitas vezes demonstrava desinteresse em realizar as atividades.

João realizava algumas atividades com interesse e prazer, mas quando a atividade não lhe interessava ele demonstrava preguiça e desinteresse. A professora buscou diferentes recursos para prender a atenção do aluno e para fazer com que ele desempenhasse as atividades propostas.

A professora demonstrou estar qualificada e psicologicamente preparada para atuar com ANEEs, a mesma demonstrava tranquilidade ao relacionar-se com o aluno, mesmo quando João demonstrava desinteresse ela não o repreendia e sempre buscava alternativa para prender a atenção dele.

- 2) Aluna: Maria  
Idade: 09 anos  
Série: 3º ano  
Deficiência Intelectual  
Duração do atendimento: 60 minutos  
Data do atendimento: 23/11/2010

Episódio: A professora acolheu a aluna e iniciou as atividades perguntando quem é a pessoa mais importante do Natal.

Maria respondeu que era Jesus. A professora utilizando os recursos da informática mostrou no computador com acesso à internet os símbolos do Natal. Enfatizando que o presépio é o símbolo principal. Maria estava bastante interessada e a cada símbolo que aparecia fazia ligação do mesmo com a sua vida cotidiana.

Maria comentou que teve uma festa na igreja e todos queriam comer antes da festa começar.

A professora enfatizou que muitos ficam com a parte comercial do Natal e não conhecem o verdadeiro sentido da festa.

Dentre os símbolos apresentados pela professora, Maria escolheu desenhar a árvore de Natal.

Maria pegou um papel verde e uma régua e começou a riscar a sua árvore de Natal. A professora orientava Maria sobre como a mesma poderia melhorar a sua árvore.

Ao terminar de fazer a árvore Maria queria desenhar bolinhas e procurou algo redondo para fazê-las e a professora ofereceu uma peça redonda de um jogo e Maria riscou as bolinhas e cortou-as com satisfação.

Enquanto fazia as bolas narrava fatos do seu cotidiano com seqüência lógica de idéias. A aluna comentou um fato que uma pessoa que estava doente foi à igreja e ficou curada. Maria comentou sobre fatos que ocorreram na escola.

Após recortar as bolinhas, Maria colou- as no papel e terminando a tarefa a aluna comentou que iria desenhar outra árvore em casa juntamente com sua mãe.

Comentários:

O atendimento foi realizado na sala de recursos, o espaço estava previamente preparado para receber a aluna. A professora já havia separado previamente os materiais que seriam utilizados por Maria: computador, papéis coloridos, lápis, borracha e régua.

A professora demonstrou domínio na realização da atividade, mesmo com a argumentação constante da aluna ela não mudou o foco da atividade e ao mesmo tempo foi cortês e atenciosa com Maria, ouvindo as suas histórias sem interrompê-la e ao mesmo tempo incentivando-a a realizar a atividade.

Maria demonstrou interesse e satisfação em realizar as atividades, demonstrava ser uma criança feliz e muito comunicativa. Ao mesmo tempo em que realizava as atividades contava fatos da sua vida cotidiana.

Maria realizou as atividades com comprometimento e interesse. Concluindo-as no tempo previsto e com o desempenho esperado.

A professora atuou corretamente, durante a argumentação da aluna, soube ouvi-la com paciência, não questionou os fatos narrados pela mesma.

- 3) Aluno: Thiago  
Idade: 10 anos  
Série: 3º ano  
Deficiência Intelectual  
Duração do atendimento: 60 minutos  
Data do atendimento: 25/11/2010

Episódio: A professora acolheu o aluno e iniciou o atendimento oferecendo ao aluno uma folha de papel em branco e um dominó da adição para que o aluno realizasse a atividade proposta. A professora orientou o aluno sobre como deveria proceder para realizar a atividade. A atividade consistia em realizar operações de adição no papel e depois procurar a peça que tem a resposta no jogo. Thiago realizou a atividade sem o auxílio da professora. O aluno demonstrava conhecimento do processo da adição e realizava a atividade com bom desempenho e concentração.

#### Comentários:

O atendimento foi realizado na sala de recursos. O material utilizado estava previamente preparado: dominó da adição, lápis, papel e borracha.

Neste atendimento a professora deu instruções ao aluno sobre a atividade proposta e o deixou realizá-la sozinho, sem o seu auxílio. Thiago demonstrou ser um aluno muito concentrado e comprometido com a tarefa. A professora observava o aluno enquanto ele realizava a atividade e estava pronta a orientá-lo se fosse necessário. O aluno realizou a atividade sem a necessidade do auxílio da professora. O aluno demonstrava interesse e satisfação na realização da atividade.

A professora deixou o aluno bem a vontade para realizar a atividade, demonstrando confiança no aluno pelo fato de Thiago ser bastante independente e capaz.

4) Alunos: Ana e Pedro

Idade: 09 anos

Série: 3º ano (Ana) 2º ano (Pedro)

Deficiência Múltipla (Ana)

Deficiência Intelectual (Pedro)

Duração do atendimento: 60 minutos

Data do atendimento: 02/12/2010

Episódio:

O atendimento foi realizado na sala de recursos, em dupla. Os alunos atendidos foram Pedro e Ana. A professora conversou com os dois sobre o Natal enfatizando sobre o aniversário de Jesus e sugeriu fizessem uma árvore de natal. Quando estavam recortando a árvore de Natal, Pedro cortou a árvore dele e viu que Ana não tinha conseguido terminar a sua árvore, com muita dificuldade Ana terminou de cortar a sua árvore. Pedro exclamou: Sua árvore esta feia! Sabendo da dificuldade da colega, devido a sua deficiência física, Pedro se ofereceu para consertar a árvore dela. Ao terminar de cortá-la Pedro sugeriu que Ana desenhasse as bolinhas que ele cortaria. Porém, vendo que tinha de terminar a sua árvore, Pedro pediu a professora para ajudá-la. A partir desse momento, a professora passou a cortar as bolinhas e Ana começou a colá-las no papel.

Enquanto os alunos desenvolviam as atividades ambos relatavam fatos do seu cotidiano. Pedro ao ver que não desenvolvia as atividades no tempo estipulado, argumentou que estava cansado pelo fato de sua professora passar muitos deveres. O tempo do atendimento terminou e os alunos não concluíram as atividades.

Comentários:

O atendimento foi realizado na sala de recursos, o espaço estava previamente preparado para receber os alunos. A professora já havia separado previamente os materiais que seriam utilizados: papéis coloridos, tesoura, lápis, borracha e cola.

Além da deficiência intelectual, Ana também é portadora de deficiência física, fato que dificultou a realização da atividade. Notou-se ausência de um adaptador que poderia ajudá-la a utilizar a tesoura com independência e segurança. A

atividade proposta não foi totalmente executada pela aluna pelo fato de ter dificuldade em manusear a tesoura. Pedro por sua vez, conseguiu realizar a atividade com facilidade e ainda ajudou a colega. No final do atendimento demonstrou desinteresse e reclamou que estava cansado.

Notou-se que o atendimento em dupla proporcionou uma maior interação entre os alunos, que se mostravam preocupados com as dificuldades do colega. Por se tratar de alunos com uma deficiência diferente não foi possível que ambos realizassem as mesmas atividades.

A professora apoiou os alunos, mas diante da dificuldade apresentada pela aluna, não teve segurança em deixá-la realizar a atividade proposta sem o seu auxílio.

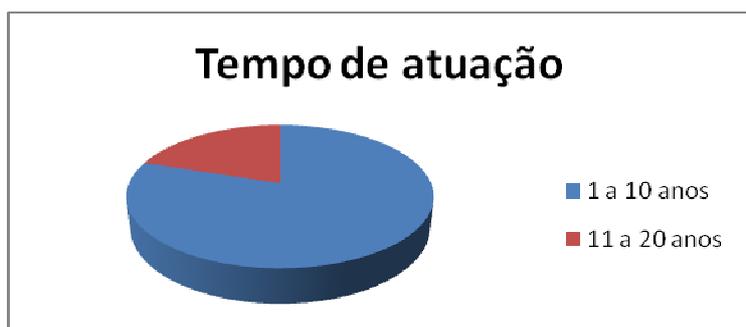
## IV - RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após coletar os dados para o desenvolvimento da monografia sobre a sala de recursos, neste espaço, serão apresentados os resultados obtidos.

### 4.1 – Questionários

Da análise dos questionários aplicados aos professores regentes de classe, que possuem alunos atendidos na Sala de Recursos, foram obtidos os seguintes resultados:

#### 1 – Tempo de atuação profissional



Do total de 05 participantes do questionário, 80% possuem tempo de atuação profissional de 1 a 10 anos e 20% de 11 a 20 anos

#### 2- Tempo de atuação do professor na SEEDF



Todos os participantes do questionário possuem de 1 a 10 anos de atuação na SEEDF.

### **3- Quantidade de alunos que necessitam de um atendimento educacional especializado**

1- Alunos que necessitam de atendimento especial

Turma: A	Turma B	Turma C	Turma D	Turma E
02 alunos	04 alunos	01 aluno	01 aluno	01 aluno

Considerando um total de 05 turmas pesquisadas, sendo 01 turma com 02 alunos, 1 turma com 04 alunos e 03 turmas com 01 aluno cada, no total de 09 alunos que necessitam de atendimento educacional especializado, obteve-se a média de 1,8 alunos por turma.

### **4 - Opinião sobre a inclusão escolar de crianças com Necessidades Educacionais Especiais**

Os professores apontaram pontos positivos e negativos da inclusão escolar de alunos com Necessidades Educacionais Especiais. Consideram a inclusão escolar importante, pois insere o aluno com necessidades especiais no mesmo ambiente de outros alunos, elimina as diferenças.

Segundo a educadora Mantoam (2006), na escola inclusiva professores e alunos aprendem a respeitar as diferenças, escola comum é o ambiente mais adequado para garantir o relacionamento entre os alunos com ou sem deficiência e de mesma idade cronológica, bem como a quebra de qualquer ação discriminatória e de todo tipo de preconceito.

Os professores apontam como pontos negativos a falta de qualificação e as limitações encontradas pelos professores da rede pública de ensino do DF.

Segundo Ferreira (2007) para responder à diversidade dos estudantes é importante a formação continuada do professor e a promoção de ações no sentido de possibilitar ao docente a capacitação necessária para proporcionar a aprendizagem de todos os alunos.

Com relação à formação continuada do professor o regimento escolar das instituições educacionais da rede pública de ensino do Distrito federal, no seu artigo 46 parágrafo VI, prevê como um direito do professor zelar por sua formação continuada. Cabe a cada professor usufruir deste direito porque o mesmo contribuirá para um bom desempenho profissional.

### 05) Quantidade de alunos atendidos na sala de recursos

3- Alunos atendidos na Sala de Recursos



Dos 05 professores participantes, dois possuem 02 alunos atendidos na sala de recursos e 03 professores possuem 01 aluno cada um.

### 06 ) Melhorias apresentadas pelos alunos atendidos na sala de recursos

Os professores apontaram as seguintes melhorias: melhor participação, superação de limites, auxílio significativo na aprendizagem cognitiva e recreativa, melhor socialização, maior interesse e participação dos alunos nas atividades desenvolvidas.

Segundo Sartoretto (2007) no atendimento educacional especializado o aluno vai desenvolver habilidades necessárias para ultrapassar as barreiras impostas pela deficiência através de atividades diferentes do ensino comum.

O ambiente da sala de recursos propicia ao aluno um atendimento especializado, por meio de estratégias de aprendizagem que favoreçam a

construção dos conhecimentos pelos alunos, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar.

Mantoam (2008) destaca a importância do professor no processo de aprendizagem, segundo a autora é fundamental que o professor nutra uma elevada expectativa em relação à capacidade de progredir dos alunos e que não desista nunca de buscar meios para ajudá-los a vencer os obstáculos escolares.

Cabe ao professor da sala de recursos promover condições para a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais em todas as atividades da escola.

### **07- Mudanças comportamentais a partir da freqüência na sala de recursos**

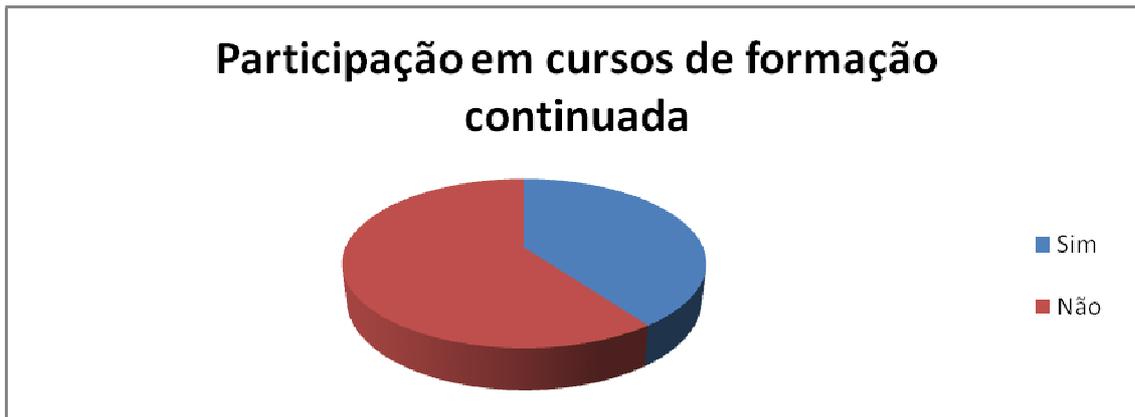
Os professores consideraram existir melhorias no comportamento dos alunos após a freqüência na sala de recursos.

Segundo Alves (2006) ao freqüentar a sala de recursos esses alunos que muitas vezes não tem encontrado respostas às suas necessidades educacionais especiais no sistema de ensino, são beneficiados com os recursos de acessibilidade por meio de ajudas técnicas e tecnológicas que possibilite o seu acesso ao currículo.

O professor da sala de recursos dá o suporte necessário para que as crianças com necessidades educacionais superem suas dificuldades apresentadas: físicas, cognitivas ou emocionais.

### **08- Participação em cursos de formação continuada**

04 – participação do professor em curso de formação continuada



Do total de 05 participantes, 03 responderam que não participam de cursos de formação continuada, apenas 02 participantes responderam que participam de cursos de formação continuada. O resultado demonstra que a maioria dos professores não participa de cursos de formação continuada.

A participação do professor em cursos de formação continuada é essencial para um bom desempenho do seu trabalho e o prepara para responder à diversidade dos estudantes

Segundo Prieto (2006 p. 57) “A formação de profissionais de educação é tema de destacado valor quando a perspectiva do sistema de ensino é garantir a matrícula de todos os alunos no ensino regular”.

A formação continuada do professor é considerada por muitos autores um fator importante para a melhoria da qualidade do ensino.

Mittler (2003) defende o direito que todos os professores tem de esperar e de receber preparação apropriada na formação inicial em educação e desenvolvimento educacional contínuo.

Cabe ao professor se conscientizar que ele é uma peça importante no papel de educar e é necessário estar sempre atualizado para um bom desempenho profissional.

Ferreira (2007) ressalta a necessidade de o professor desenvolver competências para ensinar a todos em sua sala de aula através da sua formação continuada e da promoção de ações que o ajudem atingir esse objetivo.

O argumento de despreparo dos professores não pode continuar sendo álibi para impedir a inclusão escolar de crianças com deficiência.

### **09- Apoio oferecido pela escola a sala de recursos**

Todos os professores afirmaram que a direção da escola acredita na inclusão escolar e oferece o apoio necessário para que a mesma ocorra.

Para que a inclusão escolar ocorra de forma satisfatória é necessário que todos na escola estejam envolvidos nesse processo. O gestor escolar exerce um importante papel na implementação da escola inclusiva.

Segundo Mittler (2003) o diretor das escolas, o governo e os coordenadores de educação especial, cada um a sua modo, são responsáveis por assegurar que todos os alunos tenham acesso ao currículo global e a todas as possibilidades de experiências oferecidas pelas escolas.

O regimento escolar das instituições educacionais da rede pública de Ensino do Distrito Federal indica como uma das características do perfil do gestor escolar no seu artigo 8º, parágrafo 1º, a articulação, a liderança e a execução de políticas educacionais, na qualidade de mediador entre essas e a proposta pedagógica da instituição em que atua.

### **10- Definição da sala de recursos**

Os participantes da pesquisa definiram a sala de recursos como um espaço reservado para o atendimento dos alunos, oferecendo o auxílio necessário para cada um, de acordo com as suas necessidades. Consideram também um importante instrumento para que a inclusão escolar aconteça.

Todos os professores identificaram a sala de recursos como um instrumento importante em um sistema educacional inclusivo, identificando este espaço como reservado para um atendimento educacional especializado.

Conforme Alves (2006) as salas de recursos multifuncionais são espaços na instituição escolar para o atendimento especializado aos estudantes com necessidades educacionais especiais por meio do desenvolvimento de estratégias

de aprendizagem para que os alunos desenvolvam o currículo e participem da vida escolar.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008) pontua que, considerando as necessidades específicas estudantes, o atendimento educacional especializado tem como função organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade eliminando as barreiras para a sua vida escolar plena.

### **Questionário aplicado a professora da sala de recursos**

#### **1 – Opinião sobre a inclusão de alunos portadores de necessidades educacionais especiais no ensino regular.**

A professora considera a sala de recursos um avanço na vida dos alunos, e aponta que caso não haja avanço no aprendizado, haverá o ganho social.

Mantoan (2008) define as escolas como espaços educativos de construção de personalidades humanas autônomas, críticas, nos quais as crianças aprendem a ser pessoas. Na escola inclusiva os alunos são ensinados a valorizar a diferença, pela convivência com os pares, pelo exemplo dos professores, pelo ensino ministrado nas salas de aula, pelo clima sócio afetivo das relações estabelecidas em toda comunidade escolar.

Os alunos têm a possibilidade de aprender com as diferenças, o convívio de todos em uma mesma turma os ajuda a ter um melhor convívio social.

#### **2– A importância da sala de recursos para o processo de inclusão escolar.**

A professora da sala de recursos respondeu que considera importante o apoio oferecido pela sala de recursos para o processo de inclusão escolar.

A sala de recursos é um importante instrumento de apoio ao desenvolvimento dos estudantes matriculados na classe comum, sendo obrigatória a sua oferta pelos sistemas de ensino.

(Alves e Gotti,2007) ressaltam que o atendimento educacional especializado deve ser uma ação dos sistemas de ensino para acolher a diversidade ao longo do processo educativo, constituindo parte diversificada do currículo dos alunos com necessidades educacionais especiais, organizado institucionalmente para apoiar, complementar e suplementar os serviços educacionais comuns.

A sala de recursos é um grande incentivo para que a inclusão escolar ocorra de forma organizada e tendo como foco o respeito às diferenças.

### **3 – Como deve ser o apoio oferecido pela sala de recursos ao aluno.**

A professora afirma que a sala de recursos deve fazer atendimento individual ou coletivo utilizando materiais diferenciados, dando suporte ao trabalho do professor e apoio às famílias dos alunos atendidos.

Segundo Mantoam (2008) a sala de recursos, através do profissional especializado, trabalhará objetivando dar ao aluno com deficiência aquilo que é específico à sua necessidade educacional e que o auxiliará a romper as barreiras que o impedem de estar, interagir, participar, acessar espaços, relações e conhecimentos.

O atendimento realizado na sala de recursos busca incluir os alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular, dando um atendimento diferenciado e personalizado a cada um deles.

### **4- Disponibilidade de material necessário para um bom atendimento na sala de recursos.**

A professora aponta que, aos poucos, a sala de recursos está recebendo os recursos materiais necessários ao atendimento do aluno.

O programa de implantação de salas de Recursos Multifuncionais (2008) disponibiliza uma relação dos equipamentos, mobiliários e materiais necessários ao bom funcionamento da sala de recursos.

Alves (2006) destaca a grande variedade de materiais e recursos pedagógicos que podem ser utilizados na sala de recursos multifuncionais, dentre eles: jogos pedagógicos, que valorizam os aspectos lúdicos, a criatividade e o desenvolvimento de estratégias de lógica e pensamento. Jogos adaptados para atender as necessidades educacionais especiais dos alunos, livros didáticos e paradidáticos, recursos específicos e mobiliários adaptados.

Nas escolas públicas do DF estes recursos são adquiridos gradativamente e de acordo com a necessidade dos alunos.

#### **5- Quantidade de alunos que são atendidos pela sala de recursos**

A professora informou que o número de alunos atendidos na sala de recursos varia de 12 a 16 alunos.

A sala de recursos abordada nesta monografia é sala de recursos generalista. De acordo com a estratégia de matrícula fornecida pela Secretaria de Estado da Educação, esta sala atenderá de 6 a 16 alunos.

#### **6- Freqüência que o aluno deve ser atendido na sala de recursos**

A professora afirma que o aluno de ser atendido 02(duas) vezes por semana.

Esta orientação quanto à freqüência do aluno na sala de recursos é fornecida pela chefia imediata da Diretoria de Ensino de São Sebastião - Coordenação de Sala de Recursos. A orientação pedagógica para a Educação Especial não traz nenhuma informação neste sentido.

#### **7- Participação em entrevista na Gerência de Ensino Especial para atuar na sala de recursos**

A professora afirma ter participado da entrevista.

A Orientação Pedagógica do Ensino Especial (2010) indica que o professor deve possuir as qualidades humanas e de desenvolvimento profissional que o capacite para a atuação no Ensino Especial e que também submeter-se à entrevista com a equipe técnica da unidade de gestão central responsável pela Educação Especial na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

#### **8- Participação em curso de treinamento prévio para atuar na sala de recursos**

A professora afirma ter participado de curso de treinamento prévio.

A Gerência de Ensino especial indica ao professor que passou pela entrevista a necessidade de participar de 40 horas de capacitação em serviço conforme orientações desta gerência em conjunto com o Núcleo de Coordenação Pedagógica da DRE.

#### **9-Participação em curso de formação continuada**

A professora respondeu que está participando de uma formação continuada na EAPE.

Com relação à formação continuada (Santos 2010 p.150) aponta que “a formação em serviço e a aprendizagem permanente devem ser ações propulsoras de uma Escola para Todos, sempre pronta a acolher, de fato, diferenças e deficiências”.

A EAPE oferece o curso Atendimento Educacional Especializado. Este curso deve ser feito por todos os profissionais que atuam na sala de recursos. A coordenação de Sala de Recursos sugere que os professores que atuam nesta sala façam este curso.

A EAPE também oferece outros cursos nesta área é de suma importância a participação do profissional em cursos ligados a área que atua.

#### **10- Participação em curso ligado a área em que atua.**

A professora afirma participar de cursos ligados a sua área de atuação.

Para um bom desempenho profissional é essencial que o professor participe de cursos de formação inicial e continuada para atender a atual demanda da educação inclusiva.

#### **4.2 - Observações**

Neste espaço será apresentada uma análise compactada de todas as observações dos atendimentos relatados anteriormente. Foram analisados: a adequação do espaço destinado à sala de recursos, recursos utilizados, relação professor/aluno, comprometimento do aluno ao realizar a atividade e desempenho do professor.

Segundo Alves (2006 p. 14) as salas de recursos multifuncionais é considerada “um espaço organizado com materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais com formação para atender as necessidades educacionais especiais.” É fundamental que o professor considere as diferentes áreas de conhecimento, os aspectos relacionados ao estágio de desenvolvimento cognitivo dos alunos, o nível de escolaridade, os recursos específicos para sua aprendizagem e as atividades de complementação e suplementação curricular.

A sala de recursos analisada não estava adequada para o atendimento de crianças com necessidades especiais, principalmente para crianças com deficiência física, o espaço foi considerado pequeno, com aproximadamente 12m<sup>2</sup>, os móveis

estavam mal distribuídos e com excesso de armários, dificultando a circulação no ambiente. O espaço não está adequado para receber crianças cadeirantes.

Os recursos que foram utilizados nos atendimentos estavam adequados e foram providenciados previamente. O professor em algumas atividades recorreu aos recursos da informática.

A professora foi solícita e acolhedora com todos os alunos mostrando desprendimento ao atender ao chamado de cada um, demonstrando ser uma profissional capacitada para a atuação neste espaço de apoio ao ensino regular e na maioria das observações os alunos estavam dispostos a realizar as atividades propostas. Com relação ao atendimento de Ana é ressaltada a importância de se recorrer à utilização de um adaptador de silicone para auxiliá-la na habilidade com as mãos.

Após a análise de todos os aspectos apresentados para tal, a sala de recursos comprovou ser um espaço primordial para a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, onde é ofertado aos alunos o suporte necessário para o seu desempenho acadêmico e humano.

## **V- CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa proporciona conhecimento de como é realizado o apoio ao ANEE num contexto de uma sala de recursos de uma escola inclusiva do Distrito Federal, observa a frequência e o aproveitamento dos alunos atendidos neste espaço, identifica a qualificação do professor para atuar nesta sala e observa quais recursos este ambiente possui e se são utilizados adequadamente.

Este trabalho aponta a sala de recursos como um espaço necessário para que a inclusão escolar aconteça e, revela pontos positivos e pontos negativos desta Educação Inclusiva. Como ponto positivo ressalta a importância da inclusão escolar, pois insere os alunos com necessidades educacionais especiais no mesmo ambiente de outros alunos, eliminando as diferenças e como pontos negativos mostra: a falta de qualificação dos professores e as limitações encontradas pelos professores na rede pública de ensino no DF. Apenas a metade dos professores participa de cursos de formação continuada, não indicando motivos para esta falta de investimento na qualificação profissional desses docentes. Convém ressaltar a extrema importância da formação continuada do professor com objetivo de responder da melhor forma a demanda educacional contemporânea.

Com relação aos alunos atendidos neste espaço apresentaram melhoras significativas: superação de limites, apoio significativo na aprendizagem cognitiva e recreativa, maior interesse e maior participação nas atividades desenvolvidas.

O resultado desta investigação aponta melhorias substanciais no ANEE em todos os aspectos relacionados ao ambiente escolar e este estudo pode contribuir para que ao se criar uma sala de recursos em uma escola, não seja pensado apenas na quantidade de alunos para existência desta, mas no benefício que este espaço pode proporcionar a todos os alunos independente de suas características.

Sugere-se como complemento desta pesquisa um estudo relacionado à adequação curricular, um tema que faz parte da vida escolar do ANEE e um estudo aprofundado sobre o tema será útil ao desempenho escolar desse aluno e contribuirá para o processo de inclusão escolar.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Denise. Sala de recursos multifuncionais. Espaço para o atendimento educacional especializado. Brasília: ministério da Educação, Secretaria de educação especial, 2006.

CARVALHO, Rosita. Educação inclusiva com pingos nos "is". 5ª Ed. Porto Alegre: Mediação, 2007.

DENZIN, Norman: LINCOLN. O planejamento da pesquisa qualitativa. 2ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

MACIEL, Diva; BARBATO, Silviane. Desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar. Brasília: Editora UNB, 2010

MANTOAM, Maria Tereza(org). O desafio das diferenças nas escolas. Petrópolis: Vozes, 2008.

MANTOAM, Maria Tereza. Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer? 2ª Ed. São Paulo: Moderna, 2006.

MANTOAM, Maria Tereza. Inclusão Escolar: pontos e contrapontos. 1ª Ed. São Paulo: Summus, 2006

MEC. Ensaio Pedagógico. Educação inclusiva: direito à diversidade. Brasília, 2007.

PACHECO, José. Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007

MITTLER, Peter. Educação Inclusiva. Contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SEEDF. Orientação pedagógica para o Ensino Especial. Brasília: GDF, 2010.

SEEDF. Regimento escolar das instituições educacionais da rede pública do Distrito Federal, 5ª Ed. Brasília: GDF, 2009

VYGOTSKY, Lev. Pensamento e Linguagem. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VIGOTSKI, Lev. A formação social da mente. 7ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

## **APÊNDICES**

### **A - QUESTIONÁRIOS**

#### **QUESTIONÁRIO PARA O PROFESSOR DA SALA DE RECURSOS**

Escola: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ Qualificação

profissional: \_\_\_\_\_

A inclusão escolar é uma realidade contemporânea, muitas crianças estão voltando para o ensino regular e a escola está se preparando para essa nova realidade.

O presente questionário contribuirá para a monografia de finalização do curso Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

A sua colaboração será muito importante para o processo de construção do conhecimento sobre inclusão escolar.

Desde já, agradeço a sua valiosa contribuição.

1) O que você acha da inclusão de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais no Ensino no Ensino Regular? \_\_\_\_\_

---

---

2) A sala de recursos é um espaço importante para inclusão desses alunos?

( ) Sim

( ) Não

3) Como a sala de recursos pode apoiar o aluno inserido neste espaço?

---

---

---

4) Quanto ao material disponível na sala de recursos:

( ) A sala não tem todos os recursos necessários

( ) A sala dispõe de todos os recursos necessários

( ) Aos poucos a sala está obtendo os recursos materiais necessários

5) Número de alunos atendidos:

( ) de 1 a 5 alunos

( ) de 6 a 11 alunos

( ) de 12 a 16 alunos

( ) mais de 16 alunos

6) Com frequência o aluno deve ir para a sala de recursos:

( ) 1 vez por semana

( ) 2 vezes por semana

( ) A quantidade de vezes dependerá da necessidade do aluno

7) Você participou de entrevista na Gerência de Ensino Especial para atuar na sala de recursos:

( ) Sim

( ) Não

8) Participou de curso de treinamento prévio para atuar na sala de recursos:

( ) Sim

( ) Não

9) Você frequenta algum curso de formação continuada?

( ) Sim

( ) Não

10) Os cursos que você faz estão ligados a sua área de atuação?

( ) Sim

( ) Não

### **QUESTIONÁRIO PARA O PROFESSOR REGENTE QUE TEM ALUNO ATENDIDO NA SALA DE RECURSOS**

A inclusão escolar é uma realidade contemporânea, muitas crianças estão voltando para o ensino regular e a escola está se preparando para essa nova realidade.

O presente questionário contribuirá para a monografia de finalização do curso **Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Escolar Inclusão**

A sua colaboração será muito importante para o processo de construção do conhecimento sobre inclusão escolar.

Desde já, agradeço a sua valiosa contribuição.

Escola: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Qualificação profissional: \_\_\_\_\_

**1) Tempo de atuação como professor (a):**

- ( ) de 1 a 10 anos
- ( ) de 11 a 20 anos
- ( ) de 21 a 30 anos
- ( ) mais de 30 anos

**2) Tempo de atuação na SEEDF:**

- ( ) de 1 a 10 anos
- ( ) de 11 a 20 anos
- ( ) de 21 a 30 anos
- ( ) mais de 30 anos

**3) Na sua sala de aula tem quantos alunos que necessitam de um atendimento educacional especializado:**

- ( ) 1 aluno
- ( ) 2 alunos
- ( ) 3 alunos
- ( ) 4 alunos

**4) O que você acha da inclusão das Crianças com Necessidades Educacionais Especiais na escola regular?**

---

---

---

---

---

**5) Quantos alunos de sua sala são atendidos na sala de recursos:**

- ( ) 1 aluno
- ( ) 2 alunos
- ( ) 3 alunos
- ( ) mais de 3 alunos

**6) Você tem observado melhorias na aprendizagem do (s) aluno(s) atendidos na sala de recursos, no caso de afirmação cite algumas:**

( ) Sim

( ) Não

---

---

---

**7) Como ficou o comportamento do seu (a) aluno(a) a partir do momento que passou a freqüentar a sala de recurso:**

( ) Não melhorou

( ) Melhorou, precisa melhorar mais

( ) Melhorou bastante

**8) Você participa dos cursos de formação continuada:**

( ) Sim

( ) Não

**9) A sua escola apóia a sala de recursos existente nela:**

( ) Sim, a direção dá todo apoio necessário e acredita na inclusão escolar

( ) Não, não vê necessidade para a existência dessa sala.

( ) É indiferente quanto a existência dessa sala

**10) Na sua opinião, a sala de recursos é:**

---

---

---

---

## B) Ficha de observação

### 1) Estrutura do espaço destinado à sala de recursos:

Boa       Regular       Ótima

### 2) Recursos utilizados:

Adequados       Inadequados

### 3) Relacionamento professor x aluno:

Ótimo     Bom     Péssimo     Indiferente

### 4) Satisfação do aluno:

Muito satisfeito     pouco satisfeito     indiferente

### 5) Comprometimento do aluno ao realizar a atividade:

Muito comprometido  
 Pouco comprometido  
 Sem motivação

### 6) Desempenho do professor:

Ótimo desempenho  
 Bom desempenho  
 Desempenho regular  
 Péssimo desempenho

OBSERVAÇÕES: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



## ANEXOS

### Anexo A – Carta de Apresentação (Escola)

	<p>Universidade de Brasília – UnB Instituto de Psicologia – IP Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PG-PDS Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar</p>	 <p>UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL</p>
----------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

A(o) Diretor(a)

Escola Classe 104

De: Profa. Dra. Diva Albuquerque Maciel

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Assunto: **Coleta de Dados para Monografia**

Senhor (a), Diretor (a),

A Universidade Aberta do Brasil - Universidade de Brasília está em processo de realização da 1ª oferta do curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

Finalizamos agora a 1ª fase do curso e estamos iniciando a Orientação de Monografia.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com colegas, pais ou outros participantes; observação e análise documental.

A realização desses trabalhos tem como objetivo a formação continuada dos professores/servidores, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

O trabalho será realizado pelo Professora/cursista Eunice Maria da Silva Oliveira, sob orientação de Adriano José Hertzog Vieira, cujo tema é: **“O atendimento educacional realizado em uma sala de recursos de uma escola inclusiva da SEEDF”**, solicitamos autorização para que o mesmo possa ser desenvolvido na escola sob sua direção.

Desde já agradeço, colocando-me a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos por meio do e-mail: [divamaciel52@gmail.com](mailto:divamaciel52@gmail.com)

Atenciosamente,

**Diva Albuquerque Maciel**

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e  
Inclusão Escolar

## Anexo B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PG-PDS

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhores professores:

Sou orientanda do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil- Universidade de Brasília (UAB-UNB) e estou realizando um estudo sobre **“O ATENDIMENTO EDUCACIONAL REALIZADO EM UMA SALA DE RECURSOS DE UMA ESCOLA INCLUSIVA DA SEEDF”**. Este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos, favorecendo o processo de formação continuada dos professores nesse contexto.

Constam da pesquisa observações das situações cotidianas e rotineiras de uma sala de recursos, entrevistas com os professores e questionários para coletar dados necessários para este estudo. Para isso, solicito sua autorização em participar como objeto de estudo.

Esclareço que a participação é voluntária. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o (a) senhor ( a) poderá me contatar pelo telefone (61 – 33395093) ou endereço eletrônico [eunicemariasao@yahoo.com.br](mailto:eunicemariasao@yahoo.com.br). Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente,

---

Eunice Maria da Silva Oliveira

Orientador: Me. Adriano José Hertzog Vieira

---

Concorda em participar do estudo? ( ) Sim ( ) Não

Nome: \_\_\_\_\_ Assintura: \_\_\_\_\_

Email(opcional): \_\_\_\_\_

## Anexo C

### **LEGISLAÇÃO**

#### **1. Legislação Federal**

##### **-Constituição Federal de 1988**

Artigo 208 – O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

V-Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

Artigo 227 – É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 1º - O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, admitida a participação de entidades não governamentais e obedecendo aos seguintes preceitos:

II – Criação de programas de prevenção e atendimento especializado para aos portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de intervenção social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos.

**- Lei nº 7.853/89 – CORDE – Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência**

CAPÍTULO VII – Seção II – Do acesso à Educação

Seção II-Do Acesso à Educação

Art. 24 – Os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal direta e indireta responsáveis pela educação dispensarão tratamento prioritário e adequado aos assuntos objeto deste Decreto, viabilizando, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:

I- a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoa portadora de deficiência capazes de se integrar na rede regular de ensino;

II- a inclusão, no sistema educacional, da educação especial como modalidade de educação escolar que permeia transversalmente todos os níveis e as modalidades de ensino;

III- a inserção, no sistema educacional, das escolas ou instituições especializadas públicas e privadas;

IV- a oferta, obrigatória e gratuita, da educação especial em estabelecimentos públicos de ensino;

V- o oferecimento obrigatório dos serviços de educação especial ao educando portador de deficiência em unidades hospitalares e congêneres nas quais esteja internado por prazo igual ou superior a um ano;

VI- o acesso de aluno portador de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, transporte, merenda escolar e bolsas de estudo.

§ 1º - Entende-se por educação especial, para os efeitos deste Decreto, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educando com necessidades educacionais especiais, entre eles o portador de deficiência.

§ 2º- A educação especial caracteriza-se por constituir processo flexível, dinâmico e individualizado, oferecido principalmente nos níveis de ensino considerados obrigatórios.

§ 3º - A educação do aluno com deficiência deverá iniciar-se na educação infantil, a partir de zero ano.

§ 4º - A educação especial contará com equipe multiprofissional, com a adequada especialização, e adotará orientações pedagógicas individualizadas.

§ 5º - Quando da construção e reforma de estabelecimentos de ensino deverá ser observado o atendimento às normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas- ABNT relativas à acessibilidade.

Art. 25- Os serviços de educação especial serão ofertados nas instituições de ensino público ou privado do sistema de educação geral, de forma transitória ou permanente, mediante programas de apoio para o aluno que está integrado no sistema regular de ensino, ou em escolas especializadas exclusivamente quando a educação das escolas comuns não puder satisfazer as necessidades educativas ou sociais do aluno ou quando necessário ao bem-estar do educando.

Art. 26- As instituições hospitalares e congêneres deverão assegurar atendimento pedagógico ao educando portador de deficiência internado nessas unidades por prazo igual ou superior a um ano, com o propósito de sua inclusão ou manutenção no processo educacional.

Art. 28- O aluno portador de deficiência matriculado ou egresso do ensino fundamental ou médio, de instituições públicas ou privadas, terá acesso à educação profissional, a fim de obter habilitação profissional que lhe proporcione oportunidades de acesso ao mercado de trabalho.

§ 1º - A educação profissional para a pessoa portadora de deficiência será oferecida nos níveis básico, técnico e tecnológico, em escola regular, em instituições especializadas e nos ambientes de trabalho.

§ 2º- As instituições públicas e privadas que ministram educação profissional deverão, obrigatoriamente, oferecer cursos profissionais de nível básico à pessoa portadora de deficiência, condicionando a matrícula à sua capacidade de aproveitamento e não a seu nível de escolaridade.

§ 3º- Entende-se por habilitação profissional o processo destinado a propiciar à pessoa portadora de deficiência, em nível formal e sistematizado, aquisição de conhecimentos e habilidades especificamente associados à determinada profissão ou ocupação.

Art. 29- As escolas e instituições de educação profissional oferecerão se necessário, serviços de apoio especializado para atender às peculiaridades da pessoa portadora de deficiência, tais como:

I- adaptação dos recursos instrucionais: material pedagógico, equipamento e currículo;

II- capacitação dos recursos humanos: professores, instrutores e profissionais especializados; e

III- adequação dos recursos físicos: eliminação de barreiras arquitetônicas, ambientais e de comunicação.

- **Lei nº 9394/96- Lei de Diretrizes e Bases da Educação**

Capítulo V

Art. 4º - III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Art. 58 – Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§1º- Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§2º- O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§3º- A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59 – Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I- currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II- terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III- professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV- educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V- acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art. 60- Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público.

Parágrafo Único. O Poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.

Resolução e o dia 31 de dezembro de 2001.

**- Decreto n º 3.956/2001 - Convenção Interamericana Para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.**

Art. 1 167- A Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, apensa por cópia ao presente Decreto, será executada e cumprida tão inteiramente como nela se contém.

Esta Convenção tem por objetivo prevenir e eliminar todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência e propiciar a sua plena integração à sociedade. Resolução e o dia 31 de dezembro de 2001.

## **Resolução CNE/CEB nº 2 de 11 de setembro de 2001**

### **Artigo I(...)**

Parágrafo único- O atendimento escolar desses alunos terá início na educação infantil, nas creches e pré-escolas, assegurando-lhes os serviços de educação especial sempre que se evidencie, mediante avaliação e interação com a família e a comunidade, a necessidade de atendimento educacional especializado.

Art 2º- Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

Art 3º- Por educação especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica.

Parágrafo único - Os sistemas de ensino devem constituir e fazer funcionar um setor responsável pela educação especial, dotado de recursos humanos, materiais e financeiros que viabilizem e dêem sustentação ao processo de construção da educação inclusiva.

Art. 4º - Como modalidade da Educação Básica, a educação especial considerará as situações singulares, os perfis dos estudantes, as características bio-psicossociais dos alunos e suas faixas etárias e se pautará em princípios éticos, políticos e estéticos de modo a assegurar:

I- a dignidade humana e a observância do direito de cada aluno de realizar seus projetos de estudo, de trabalho e de inserção na vida social;

II- a busca da identidade própria de cada educando, o reconhecimento e a valorização das suas diferenças e potencialidades, bem como de suas necessidades educacionais especiais no processo de ensino e aprendizagem. Como base para a

constituição e ampliação de valores, atitudes, conhecimentos, habilidades e competências;

III- o desenvolvimento para o exercício da cidadania, da capacidade de participação social, política e econômica e sua ampliação, mediante o cumprimento de seus deveres e o usufruto de seus direitos.

Art. 5º - Consideram-se educandos com necessidades educacionais especiais os que, durante o processo educacional apresentarem:

I- dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos:

a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica;

b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências;

II- dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis;

III- altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes.

Art.6º- Para a identificação das necessidades educacionais especiais dos alunos e a tomada de decisões quanto ao atendimento necessário, a escola deve realizar, com assessoramento técnico, avaliação do aluno no processo de ensino e aprendizagem, contando, para tal, com:

I – a experiência de seu corpo docente, seus diretores, coordenadores, orientadores e supervisores educacionais;

II- o setor responsável pela educação especial do respectivo sistema;

III- a colaboração da família e a cooperação dos serviços de Saúde, Assistência Social, Trabalho, Justiça e Esporte, bem como do Ministério Público, quando necessário.

Art. 7º- O atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais deve ser realizado em classes comuns do ensino regular, em qualquer etapa ou modalidade da Educação Básica.

IV- serviços de apoio pedagógico especializado, realizado, nas classes comuns, mediante:

a) atuação colaborativa de professor especializado em educação especial;

b) atuação de professores-intérpretes das linguagens e códigos aplicáveis;

c) atuação de professores e outros profissionais itinerantes intra e interinstitucionalmente;

d) disponibilização de outros apoios necessários à aprendizagem, à locomoção e à comunicação.

V- serviços de apoio pedagógico especializado em salas de recursos, nas quais o professor especializado em educação especial realize a complementação ou suplementação curricular, utilizando procedimentos, equipamentos e materiais específicos;

VI- condições para reflexão e elaboração teórica da educação inclusiva, com protagonismo dos professores, articulando experiência e conhecimento com as necessidades/possibilidades surgidas na relação pedagógica, inclusive por meio de colaboração com instituições de ensino superior e de pesquisa;

VII- sustentabilidade do processo inclusivo, mediante aprendizagem cooperativa em sala de aula, trabalho de equipe na escola e constituição de redes de apoio, com a participação da família no processo educativo, bem como de outros agentes e recursos da comunidade;

VIII- temporalidade flexível do ano letivo, para atender às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência mental ou com graves deficiências múltiplas, de forma que possam concluir em tempo maior o currículo previsto para a série/etapa escolar, principalmente nos anos finais do ensino fundamental, conforme estabelecido por normas dos sistemas de ensino, procurando-se evitar grande desfazem idade/série;

IX- atividades que favoreçam, ao aluno que apresente altas habilidades/superdotação, o aprofundamento e enriquecimento de aspectos curriculares, mediante desafios suplementares nas classes comuns, em sala de

recursos ou em outros espaços definidos pelos sistemas de ensino, inclusive para conclusão, em menor tempo, da série ou etapa escolar, nos termos do Artigo 24, V, “c”, da Lei 9.394/96.

Art. 8º- As escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes comuns:

I- professores das classes comuns e da educação especial capacitados e especializados, respectivamente, para o atendimento às necessidades educacionais dos alunos;

II- distribuição dos alunos com necessidades educacionais especiais pelas várias classes do ano escolar em que forem classificados, de modo que essas classes comuns se beneficiem das diferenças e ampliem positivamente as experiências de todos os alunos, dentro do princípio de educar para a diversidade;

III- flexibilizações e adaptações curriculares, que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, em consonância com o projeto pedagógico da escola, respeitada e freqüência obrigatória;

Art. 9º - As escolas podem criar, extraordinariamente, classes especiais, cuja organização fundamente-se no Capítulo II da LDBEN, nas diretrizes curriculares nacionais para a Educação Básica, bem como nos referenciais e parâmetros curriculares nacionais, para atendimento, em caráter transitório, a alunos que apresentem dificuldades acentuadas de aprendizagem ou condições de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos e demandem ajudas e apoios intensos e contínuos.

§ 1º Nas classes especiais, o professor deve desenvolver o currículo, mediante adaptações, e, quando necessário, atividades da vida autônoma e social no turno inverso.

§ 2º A partir do desenvolvimento apresentado pelo aluno e das condições para o atendimento inclusivo, a equipe pedagógica da escola e a família devem decidir conjuntamente, com base em avaliação pedagógica, quanto ao seu retorno à classe comum.

Art. 10º- Os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais e requeiram atenção individualizada nas atividades da vida autônoma e social; recursos, ajudas e apoios intensos e contínuos, bem como adaptações curriculares tão significativas que a escola comum não consiga prover, podem ser atendidos, em caráter extraordinário, em escolas especiais, públicas ou privadas, atendimento esse complementado, sempre que necessário e de maneira articulada, por serviços das áreas de Saúde, Trabalho e Assistência Social.

§ 1º As escolas especiais, públicas e privadas, devem cumprir as exigências legais similares às de qualquer escola quanto ao seu processo de credenciamento e autorização de funcionamento de cursos e posterior reconhecimento.

§ Nas escolas especiais, os currículos devem ajustar-se às condições do educando e ao disposto no Capítulo II da LDBEN.

§ A partir do desenvolvimento apresentado pelo aluno, a equipe pedagógica da escola especial e a família devem decidir conjuntamente quanto à transferência do aluno para escola da rede regular de ensino, com base em avaliação pedagógica e na indicação, por parte do setor responsável pela educação especial do sistema de ensino, de escolas regulares em condição de realizar seu atendimento educacional.

Art.12º - Os sistemas de ensino, nos termos da Lei 10.098/2000 e da Lei 10.172/2001, devem assegurar a acessibilidade aos alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas urbanísticas, na edificação - incluindo instalações, equipamentos e mobiliário – e nos transportes escolares, bem como de barreiras nas comunicações, provendo as escolas dos recursos humanos e materiais necessários.

§ 2º Deve ser assegurada, no processo educativo de alunos que apresentam dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais educandos, a acessibilidade aos conteúdos curriculares, mediante a utilização de linguagens e códigos aplicáveis, como o sistema Braille e a língua de sinais, sem prejuízo do aprendizado da língua portuguesa, facultando-lhes e às suas famílias a opção pela abordagem pedagógica que julgarem adequada, ouvidos os profissionais especializados em cada caso.

Art. 13º- Os sistemas de ensino, mediante ação integrada com os sistemas de saúde, devem organizar o atendimento educacional especializado a alunos impossibilitados de freqüentar as aulas em razão de tratamento de saúde que implique internação hospitalar, atendimento ambulatorial ou permanência prolongada em domicílio.

§ 1º - As classes hospitalares e o atendimento em ambiente domiciliar devem dar continuidade ao processo de desenvolvimento e ao processo de aprendizagem de alunos matriculados em escolas da Educação Básica, contribuindo para seu retorno e reintegração ao grupo escolar, e desenvolver currículo flexibilizado com crianças, jovens e adultos não matriculados no sistema educacional local, facilitando seu posterior acesso à escola regular.

§ 2º- Nos casos de que trata este Artigo, a certificação de freqüência deve ser realizada com base no relatório elaborado pelo professor especializado que atende o aluno.

Art. 15º- A organização e a operacionalização dos currículos escolares são de competência e responsabilidade dos estabelecimentos de ensino, devendo constar de seus projetos pedagógicos as disposições necessárias para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos, respeitadas, além das diretrizes curriculares nacionais de todas as etapas e modalidades da Educação Básica, as normas dos respectivos sistemas de ensino.

Art. 16º - É facultado às instituições de ensino, esgotadas as possibilidades pontuadas nos Artigos 24 e 26 da LDBEN, viabilizar ao aluno com grave deficiência mental ou múltipla, que não apresentar resultados de escolarização previstos no Inciso I do Artigo 32 da mesma Lei, terminalidade específica do ensino fundamental, por meio da certificação de conclusão de escolaridade, com histórico escolar que apresente, de forma descritiva, as competências desenvolvidas pelo educando, bem como o encaminhamento devido para educação de jovens e adultos e para a educação profissional.

Art. 17º- Em consonância com os princípios da educação inclusiva, as escolas das redes regulares de educação profissional, públicas e privadas, devem atender alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, mediante a promoção das condições de acessibilidade, a capacitação de recursos humanos, a

flexibilização e adaptação do currículo e o encaminhamento para o trabalho, contando, para tal, com a colaboração do setor responsável pela educação especial do respectivo sistema de ensino.

§ 1º - As escolas de educação profissional podem realizar parcerias com escolas especiais, públicas ou privadas, tanto para construir competências necessárias à inclusão de alunos em seus cursos quanto para prestar assistência técnica e convalidar cursos profissionalizantes realizados por essas escolas especiais.

§ 2º - As escolas das redes de educação de educação profissional podem avaliara e certificar competências laborais de pessoas com necessidades especiais não matriculadas em seus cursos, encaminhando-as, a partir desses procedimentos, para o mundo do trabalho.

Art. 18º - Cabe aos sistemas de ensino estabelecer normas para o funcionamento de suas escolas, a fim de que essas tenham as suficientes condições para elaborar seu projeto pedagógico e possam contar com professores capacitados e especializados, conforme previsto no Artigo 59 da LDBEN e com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Docentes da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em nível médio, na modalidade Normal, e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura de graduação plena.

§ 1º-São considerados professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos sobre educação especial adequados ao desenvolvimento de competências e valores para:

I - perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos e valorizar a educação inclusiva;

II - flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento de modo adequado às necessidades especiais de aprendizagem;

III - avaliar continuamente a eficácia do processo educativo para o atendimento de necessidades educacionais especiais;

IV - atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial.

§ 2º- São considerados professores especializados em educação especial aqueles que desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais especiais para definir, implementar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimento didático pedagógicos e práticas alternativas, adequadas ao atendimento das mesmas, bem como trabalhar em equipe, assistindo o professor de classe comum nas práticas que são necessárias para promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Art. 21º- A implementação das presentes Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica será obrigatória a partir de 2002, sendo facultativa no período de transição compreendido entre a publicação desta Resolução e o dia 31 de dezembro de 2001.

**RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2 DE OUTUBRO DE 2009 (MEC)** . Institui Diretrizes operacionais para o atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

Art. 1º Para a implementação do Decreto nº 6.571/2008, os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.

Art. 2º O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.

Parágrafo único. Para fins destas Diretrizes, consideram-se recursos de acessibilidade na educação aqueles que asseguram condições de acesso ao currículo dos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, promovendo a utilização dos materiais didáticos e pedagógicos, dos espaços, dos mobiliários e equipamentos, dos sistemas de comunicação e informação, dos transportes e dos demais serviços.

Art. 3º A Educação Especial se realiza em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, tendo o AEE como parte integrante do processo educacional.

Art. 4º Para fins destas Diretrizes, considera-se público-alvo do AEE:

I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza

física, intelectual, mental ou sensorial.

II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

Resolução CNE/CEB 4/2009. Diário Oficial da União, Brasília, 5 de outubro de 2009, Seção 1, p. 17.

Art. 5º O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios.

Art. 6º Em casos de Atendimento Educacional Especializado em ambiente hospitalar ou domiciliar, será ofertada aos alunos, pelo respectivo sistema de ensino, a Educação Especial de forma complementar ou suplementar.

Art. 7º Os alunos com altas habilidades/superdotação terão suas atividades de enriquecimento curricular desenvolvidas no âmbito de escolas públicas de ensino regular em interface com os núcleos de atividades para altas habilidades/superdotação e com as instituições de ensino superior e institutos voltados ao desenvolvimento e promoção da pesquisa, das artes e dos esportes.

Art. 8º Serão contabilizados duplamente, no âmbito do FUNDEB, de acordo com o Decreto nº 6.571/2008, os alunos matriculados em classe comum de ensino regular público que tiverem matrícula concomitante no AEE.

Parágrafo único. O financiamento da matrícula no AEE é condicionado à matrícula no ensino regular da rede pública, conforme registro no Censo Escolar/MEC/INEP do ano anterior, sendo contemplada:

- a) matrícula em classe comum e em sala de recursos multifuncionais da mesma escola pública;
- b) matrícula em classe comum e em sala de recursos multifuncionais de outra escola pública;
- c) matrícula em classe comum e em centro de Atendimento Educacional Especializado de instituição de Educação Especial pública;
- d) matrícula em classe comum e em centro de Atendimento Educacional Especializado de instituições de Educação Especial comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.

Art. 9º A elaboração e a execução do plano de AEE são de competência dos professores que atuam na sala de recursos multifuncionais ou centros de AEE, em articulação com os demais professores do ensino regular, com a participação das

famílias e em interface com os demais serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros necessários ao atendimento.

Art. 10. O projeto pedagógico da escola de ensino regular deve institucionalizar a oferta do AEE prevendo na sua organização:

I – sala de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliário, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos;

II – matrícula no AEE de alunos matriculados no ensino regular da própria escola ou de outra escola;

III – cronograma de atendimento aos alunos;

IV – plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas;

V – professores para o exercício da docência do AEE;

VI – outros profissionais da educação: tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuem no apoio, principalmente às atividades de alimentação, higiene e locomoção;

VII – redes de apoio no âmbito da atuação profissional, da formação, do desenvolvimento da pesquisa, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que maximizem o AEE.

Parágrafo único. Os profissionais referidos no inciso VI atuam com os alunos público-alvo da Educação Especial em todas as atividades escolares nas quais se fizerem necessários.

Art. 11. A proposta de AEE, prevista no projeto pedagógico do centro de Atendimento Educacional Especializado público ou privado sem fins lucrativos, conveniado para essa finalidade, deve ser aprovada pela respectiva Secretaria de

Educação ou órgão equivalente, contemplando a organização disposta no artigo 10 desta Resolução.

Parágrafo único. Os centros de Atendimento Educacional Especializado devem cumprir as exigências legais estabelecidas pelo Conselho de Educação do respectivo sistema de ensino, quanto ao seu credenciamento, autorização de funcionamento e organização, em consonância com as orientações preconizadas nestas Diretrizes Operacionais.

Art. 12. Para atuação no AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial.

Art. 13. São atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado:

I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;

II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;

III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;

IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;

V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;

VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;

VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;

VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à

disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.

Art. 14. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## **Resolução CNE/CEB Nº4, de 13 de julho de 2010**

### **Seção II**

#### **Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.**

Art.29. A Educação Especial, como modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, é parte integrante da educação regular, devendo ser prevista no projeto político-pedagógico da unidade escolar.

Parágrafo 1º Os sistemas de ensino devem matricular os estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotações nas classes comuns do ensino regular e no atendimento educacional especializado (AEE), complementar ou suplementar a escolarização, ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de AEE da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.

Parágrafo 2º Os sistemas e as escolas devem criar condições para que o professor da classe comum possa explorar as potencialidades de todos os estudantes, adotando uma pedagogia dialógica, interativa, interdisciplinar e inclusiva e, na interface, o professor do AEE deve identificar habilidades e necessidades dos estudantes, organizar e orientar sobre os serviços e recursos pedagógicos e de acessibilidade para a participação e aprendizagem dos estudantes.

Parágrafo 3º Na organização desta modalidade, os sistemas de ensino devem observar as seguintes orientações fundamentais:

- I - o pleno acesso e a efetiva participação dos estudantes no ensino regular;
- II - a oferta do atendimento educacional especializado;
- III - a formação de professores para o AEE e para o desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas;
- IV - a participação da comunidade escolar;
- V - a acessibilidade arquitetônica, nas comunicações e informações, nos mobiliários e equipamentos e nos transportes;

VI - a articulação das políticas públicas intersetoriais.

## **2- Legislação Local**

### **- Lei Orgânica do Distrito Federal**

Cap. IV- Da Educação, da Cultura e do Desporto – Seção I- Da Educação

Art.223- O Distrito Federal garantirá atendimento, em creches comuns, a crianças de zero a seis anos de idade, na forma da lei.

§ 1º - O Poder Público garantirá atendimento, em creches comuns, a crianças portadoras de deficiência, oferecendo recursos e atendimentos especializados de educação e reabilitação.

Art.229- Cabe ao Poder Público assegurar a especialização de profissionais do magistério para a pré-escola e para as quatro primeiras séries do ensino fundamental, incluída a formação de docentes para atuar na educação de portadores de deficiência e superdotados, na forma da lei.

Art.232- O Poder Público garantirá atendimento educacional especializado, em todos os níveis, aos superdotados e aos portadores de deficiência, na medida do grau de deficiência de cada indivíduo, inclusive com preparação para o trabalho.

§ 2º- Os atendimentos educacionais referidos no *caput* serão preferencialmente ministrados na rede regular de ensino, resgatadas as necessidades de acompanhamento e adaptação, e garantidos os materiais e equipamentos adequados.

§ 3º- O Poder Público destinará percentual mínimo do orçamento da educação, para assegurar ensino especial gratuito a portadores de deficiência de todas as faixas etárias, na forma da lei.

**- Decreto nº 22.912/2002 - Regulamenta a Lei 2.698/2001 que dispõe sobre atendimentos especializados aos alunos portadores de deficiência, na Educação Básica, em estabelecimentos públicos e particulares do Distrito Federal.**

Art. 1º - É oferecido atendimento educacional especializado aos alunos matriculados em estabelecimentos públicos e particulares da rede de ensino, em classes comuns ou especiais, a partir de Educação Infantil, após a avaliação psicopedagógica que evidencie essa necessidade.

Art. 2º - O atendimento educacional especializado deve constar do acompanhamento ofertado por equipe multidisciplinar, de acordo com a deficiência apresentada, podendo ocorrer de diferentes formas:

I – Classe Especiais, cuja organização se fundamenta no Capítulo II da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para atendimento, em caráter transitório, a alunos que apresentem dificuldades acentuadas de aprendizagem ou condições de comunicação e sinalização diferenciados dos demais alunos. E demandem ajudas e apoios intensos e contínuos.

II – Classes de Integração Inversa, cuja constituição obedeça à proporção de 1/3 de alunos normais, nas áreas de Deficiência Mental, Deficiência Auditiva, Deficiência Física e Condutas Típicas de Síndromes.

III - Salas de recursos Materiais, que dispõe de serviço de apoio pedagógico especializado, onde o professor realiza a complementação ou suplementação curricular, utilizando procedimentos, equipamentos e materiais específicos.

IV - Salas de Apoio que, primando pelo atendimento aos alunos para assegurar as condições necessárias para oferecer educação de qualidade, devem prever na organização de suas classes:

a) Professores capacitados para atendimento de alunos deficientes.

b) Flexibilização e adaptação curricular; metodológica de ensino e recursos didáticos diferenciados, processos de avaliação adequados ao desenvolvimento.

c) Serviço de Apoio Pedagógico especializado, realizado nas classes comuns, mediante atuação colaborativa entre o professor especializado da sala de apoio e o regente e atuação de professores intérpretes das linguagens e códigos aplicáveis (língua de sinais e Braille).

§ 1º - O atendimento especializado a que oferece o inciso I deste artigo é exercido por professor especialista na área de Deficiência Mental, Deficiência Auditiva ou Condutas Típicas de Síndromes e tem o currículo desenvolvido mediante adaptações.

§2º- O Encaminhamento do aluno atendido em Classes Especiais, conforme inciso I deste artigo, para classe comum deve ser efetuado por decisão da equipe pedagógica da escola, após avaliação, e em consenso com a família.

§3º- Nas Classes de Integração Inversa, nos termos do inciso II deste artigo, o atendimento especializado deve ser exercido por professor especializado na respectiva área, em escolas de ensino regular. No caso das Condutas Típicas de Síndrome, a modulação será de 1 (um ) aluno autista para cada 5(cinco) a 10(dez) alunos normais.

Art.3º - O Poder Público do Distrito Federal, por meio da Diretoria de Ensino Especial da Subsecretaria de Educação Pública de Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, deve prestar apoio pedagógico aos estabelecimentos particulares da rede de ensino, para atendimento a esse aluno.

Art.4º - A modulação prevista para cada categoria de alunos deficientes e respectivas modalidades de atendimento da Educação Especial está normatizada em documento próprio, com base na Estratégia de Matrícula para as Escolas Públicas do Distrito Federal.

**- Lei nº 3.218/2003 – Dispõe sobre a universalização da Educação Inclusiva nas escolas da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.**

Art. 1º Fica estabelecido o modelo de Educação Inclusiva em todas as escolas da rede pública de ensino do Distrito Federal.

§ 1º Para efeitos desta lei, entende-se por Educação Inclusiva o atendimento a todas as crianças em escolas do ensino regular, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades; ressalvados os casos nos quais se demonstre que a educação nas classes comuns não pode satisfazer às

necessidades educativas ou sociais da criança ou quando necessário para o bem-estar da criança.

§ 2º A partir da regulamentação desta Lei, serão obedecidos os seguintes prazos e percentuais mínimos de escolas da rede pública de ensino a desenvolverem a Educação Inclusiva.

- I – em até seis meses, (10%) dez por cento das escolas;
- II – em até doze meses, (20%) vinte por cento das escolas;
- III – em vinte quatro meses, (40%) quarenta por cento das escolas;
- IV – em até trinta e seis meses, (70%) setenta por cento das escolas;
- V – em até quarenta e oito meses, (100%) cem por cento das escolas.

§ 3º Fica a rede de ensino público do Distrito Federal autorizada a manter escolas especiais em escolas do ensino regular, para atendimento a casos excepcionais em que seja esse procedimento mais recomendável.

Art. 2º Respeitando o disposto no art. 1º, § 2º, cabe ao Poder Executivo do Distrito Federal, garantir:

- I – acessibilidade dos alunos portadores de deficiências, por meio de adaptações do espaço físico necessárias à Educação Inclusiva;
- II - formação continuada para os professores da Educação Básica, que atuarem na Educação Inclusiva;
- III - recursos humanos, materiais e equipamentos especializados para os serviços de apoio ao desenvolvimento da Educação Inclusiva.

Art.3º- Cabe às escolas da rede pública de ensino definirem em seu projeto educacional:

- I - o sistema de apoio especializado, em consonância com as orientações pedagógicas oficiais, especificadas para a Educação Inclusiva;
- II - as adaptações curriculares no âmbito da escola, da sala de aula e do aluno portador de deficiência individualmente;
- III - os procedimentos e instrumentos de avaliação, adequados às adaptações curriculares, necessários ao desenvolvimento da Educação Inclusiva;

IV - a organização específica de sua estrutura e funcionamento para atender às necessidades educacionais especiais de todos os alunos participantes da Educação Inclusiva.

Resolução CNE/CEB 4/2009. Diário Oficial da União, Brasília, 5 de outubro de 2009, Seção 1, p. 17.

Art. 5º O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios.

Art. 6º Em casos de Atendimento Educacional Especializado em ambiente hospitalar ou domiciliar, será ofertada aos alunos, pelo respectivo sistema de ensino, a Educação Especial de forma complementar ou suplementar.

Art. 7º Os alunos com altas habilidades/superdotação terão suas atividades de enriquecimento curricular desenvolvidas no âmbito de escolas públicas de ensino regular em interface com os núcleos de atividades para altas habilidades/superdotação e com as instituições de ensino superior e institutos voltados ao desenvolvimento e promoção da pesquisa, das artes e dos esportes.

Art. 8º Serão contabilizados duplamente, no âmbito do FUNDEB, de acordo com o Decreto nº 6.571/2008, os alunos matriculados em classe comum de ensino regular público que tiverem matrícula concomitante no AEE.

Parágrafo único. O financiamento da matrícula no AEE é condicionado à matrícula no ensino regular da rede pública, conforme registro no Censo Escolar/MEC/INEP do ano anterior, sendo contemplada:

a) matrícula em classe comum e em sala de recursos multifuncionais da mesma escola pública;

b) matrícula em classe comum e em sala de recursos multifuncionais de outra escola pública;

c) matrícula em classe comum e em centro de Atendimento Educacional Especializado de instituição de Educação Especial pública;

d) matrícula em classe comum e em centro de Atendimento Educacional Especializado de instituições de Educação Especial comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.

Art. 9º A elaboração e a execução do plano de AEE são de competência dos professores que atuam na sala de recursos multifuncionais ou centros de AEE, em articulação com os demais professores do ensino regular, com a participação das famílias e em interface com os demais serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros necessários ao atendimento.

Art. 10. O projeto pedagógico da escola de ensino regular deve institucionalizar a oferta do AEE prevendo na sua organização:

I – sala de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliário, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos;

II – matrícula no AEE de alunos matriculados no ensino regular da própria escola ou de outra escola;

III – cronograma de atendimento aos alunos;

IV – plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas;

V – professores para o exercício da docência do AEE;

VI – outros profissionais da educação: tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuem no apoio, principalmente às atividades de

alimentação, higiene e locomoção;

VII – redes de apoio no âmbito da atuação profissional, da formação, do desenvolvimento da pesquisa, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que maximizem o AEE.

Parágrafo único. Os profissionais referidos no inciso VI atuam com os alunos público-alvo da Educação Especial em todas as atividades escolares nas quais se fizerem necessários.

Art. 11. A proposta de AEE, prevista no projeto pedagógico do centro de Atendimento Educacional Especializado público ou privado sem fins lucrativos, conveniado para essa finalidade, deve ser aprovada pela respectiva Secretaria de Educação ou órgão equivalente, contemplando a organização disposta no artigo 10 desta Resolução.

Parágrafo único. Os centros de Atendimento Educacional Especializado devem cumprir as exigências legais estabelecidas pelo Conselho de Educação do respectivo sistema de ensino, quanto ao seu credenciamento, autorização de funcionamento e organização, em consonância com as orientações preconizadas nestas Diretrizes Operacionais.

Art. 12. Para atuação no AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial.

Art. 13. São atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado:

I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;

II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;

III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;

IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;

V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;

VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;

VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;

VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.

Art. 14. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**LEI Nº 4.317, DE 9 DE ABRIL DE 2009.** Institui a Política Distrital para integração da Pessoa com Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências.

### **CAPÍTULO III**

#### **DO DIREITO À EDUCAÇÃO**

##### **Seção I**

##### **Das Disposições Gerais**

**Art. 33.** A educação é direito fundamental da pessoa com deficiência e será prestada visando ao seu desenvolvimento pessoal, a qualificação para o trabalho e o preparo para o exercício da cidadania.

**Art. 34.** Compete ao Poder Executivo do Distrito Federal, à família, à comunidade escolar e à sociedade assegurar a educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão escolar.

*Parágrafo único.* Fica assegurado à família ou ao representante legal do aluno com deficiência o direito de optar pela frequência às classes comuns da rede de ensino, assim como ao atendimento educacional especializado.

**Art. 35.** Incumbe ao Poder Executivo criar e incentivar programas:

I – de incentivo familiar, de natureza pecuniária, destinados a assegurar a matrícula e a frequência regular do aluno com deficiência na escola;

II – de educação especial, em todos os níveis e modalidades de ensino, onde e quando se fizer necessária ao atendimento de necessidades educacionais especiais apresentadas por pessoa com deficiência;

III – destinados à produção e divulgação de conhecimentos, bem como ao desenvolvimento de métodos e técnicas voltadas à pessoa com deficiência;

IV – de qualificação específica dos profissionais da educação para utilização de linguagens e códigos aplicáveis à comunicação das pessoas com deficiência, como o sistema braille e a Língua Brasileira de Sinais – Libras;

V – de apoio e orientação aos familiares das pessoas com deficiência para a utilização de linguagens e códigos aplicáveis;

VI – de educação profissional, voltados à qualificação da pessoa com deficiência para sua inserção no mundo do trabalho.

*Parágrafo único.* O incentivo aos programas descritos nos incisos de II a VI deverá ocorrer inclusive por meio da disponibilização de linhas de financiamento que poderão ocorrer mediante parcerias público-privadas.

**Art. 36.** Os casos de suspeita ou confirmação de discriminação, maus-tratos contra pessoa com deficiência, assim como os de violação dos seus direitos fundamentais, serão obrigatoriamente comunicados pelos pais, por qualquer cidadão da comunidade ou por dirigentes de estabelecimentos de ensino à Diretoria de Ensino Especial, da Secretaria de Estado de Educação do Governo Distrito Federal, ou ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

## **Seção II**

### **Da Educação Básica**

**Art. 37.** O Poder Executivo do Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado da Educação, deve assegurar a matrícula de todos os alunos com deficiência nas unidades de ensino mais próximas de sua residência, bem como a adequação das escolas para o atendimento de suas especificidades, em todos os níveis e modalidades de ensino, garantidas, entre outras, as seguintes medidas:

I – institucionalização da Educação Especial no sistema educacional como Educação Básica, podendo estar em todos os níveis e modalidades de ensino;

II – matrícula obrigatória dos alunos com deficiência nos estabelecimentos públicos ou privados, preferencialmente na rede de ensino, previamente à dos demais alunos, sem prejuízo da realização da matrícula no período regulamentar;

III – oferta obrigatória e gratuita de educação especial aos alunos com deficiência, em todos os níveis e modalidades de ensino, nos estabelecimentos públicos e privados mais próximos de seu domicílio;

IV – adequação curricular, quando necessária, em relação a conteúdos, métodos, técnicas, organização, recursos educativos, temporalidade e processos de avaliação;

V – acessibilidade para todos os alunos, educadores, servidores e empregados com deficiência aos espaços dos estabelecimentos de ensino;

VI – oferta e manutenção de material escolar e didático, bem como equipamentos adequados e apoio técnico de profissionais, de acordo com as peculiaridades dos alunos com deficiência;

VII – oferta de transporte escolar coletivo adaptado aos alunos com deficiência matriculados na rede de ensino;

VIII – inclusão dos alunos com deficiência nos programas e benefícios educacionais concedidos por órgãos públicos aos demais alunos, em todas as esferas administrativas;

IX – continuidade do processo educacional dos alunos com deficiência impossibilitados de frequentar as aulas, mediante atendimento educacional adequado àqueles que, em razão da própria deficiência ou de tratamento de saúde em unidades hospitalares ou congêneres, estejam afastados do ambiente escolar;

X – formação continuada dos profissionais que trabalham na escola com o objetivo de dar atendimento adequado aos alunos com deficiência;

XI – definição dos procedimentos necessários para a autorização, o reconhecimento e o credenciamento das escolas, tanto especializadas em Educação Especial como da rede comum de ensino, para sua inserção no sistema

educacional da Educação Básica, bem como disciplinamento normativo do processo da regulamentação do término do ciclo de escolaridade por meio da adequação curricular, no âmbito de cada instituição.

§ 1º A obrigatoriedade a que se referem os incisos I e III deste artigo implica o dever do Poder Executivo de arcar com os custos decorrentes da Educação Especial em estabelecimentos privados em cujas localidades não exista atendimento gratuito por parte do Poder Público aos alunos com deficiência.

§ 2º A educação da criança com deficiência terá início, obrigatoriamente, na educação infantil, mediante garantia do atendimento educacional especializado.

§ 3º Incumbe ao Poder Executivo recensear, anualmente, a matrícula e a frequência escolar dos alunos com deficiência nos níveis e modalidades de ensino.

**Art. 38.** Aos alunos da rede pública de ensino do Distrito Federal portadores de diabetes será assegurado o fornecimento de merenda dieteticamente adequada à sua condição de saúde, conforme estabelece a Lei nº 961, de 30 de novembro de 1995.

**Art. 39.** As escolas privadas devem assegurar aos alunos com deficiência, além de adequação para atendimento de suas especificidades, em todos os níveis e modalidades de ensino, as seguintes medidas:

I – adequação curricular, quando necessária, em relação a conteúdos, métodos, técnicas, organização, recursos educativos, temporalidade e processos de avaliação;

II – acessibilidade para todos os alunos, educadores, servidores e empregados com deficiência aos espaços dos estabelecimentos de ensino;

III – oferta e manutenção de material escolar e didático, bem como equipamentos adequados e apoio técnico de profissionais, de acordo com as peculiaridades dos alunos com deficiência;

IV – continuidade do processo educacional dos alunos com deficiência impossibilitados de frequentar as aulas, mediante atendimento educacional adequado àqueles que em razão da própria deficiência ou de tratamento de saúde em unidades hospitalares ou congêneres, estejam afastados do ambiente escolar;

V – formação continuada dos profissionais que trabalham na escola com o objetivo de dar atendimento adequado aos alunos com deficiência.

### **Seção III**

#### **Da Educação Superior**

**Art. 40.** As instituições de ensino superior, públicas e privadas, deverão prover os meios necessários para o atendimento educacional especializado, a acessibilidade física e de comunicação e, ainda, recursos didáticos e pedagógicos, tempo adicional e flexibilização de atividades e avaliações, de modo a atender às peculiaridades e necessidades dos alunos com deficiência.

**Art. 41.** Serão reservados 10% (dez por cento) das bolsas de estudo do Programa Renda Universidade para alunos universitários com deficiência, conforme estabelece a Lei nº 3.813, de 8 de fevereiro de 2006.

**Art. 42.** Nos processos seletivos para ingresso em cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior, tanto públicas como privadas, serão garantidas, entre outras, as seguintes medidas:

I – adaptação de provas;

II – apoio assistido necessário, previamente solicitado pelo candidato com deficiência;

III – avaliação diferenciada nas provas escritas, discursivas ou de redação realizadas por candidatos cuja deficiência acarrete dificuldades na utilização da gramática, que deverão ser analisadas por comissão da qual deverão fazer parte, obrigatoriamente, um profissional com formação específica em educação especial e experiência na compreensão do sentido da palavra escrita próprio da deficiência.

*Parágrafo único.* Consideram-se adaptação de provas todos os meios utilizados pela instituição de ensino para permitir a realização da prova pela pessoa com deficiência, assim compreendidos, entre outros:

I – a inclusão de questões ou tarefas diferenciadas, sem prejuízo do mesmo grau de dificuldade;

II – a disponibilidade da prova em braile e, quando solicitado, o serviço de leitor ou outros meios existentes, nos casos de candidato com deficiência visual;

III – a disponibilidade de intérprete de Libras e português ou de apoio especial, quando solicitado, nos casos de candidato com deficiência auditiva;

IV – tempo adicional para a realização das provas, inclusive para preenchimento do cartão-resposta, quando for o caso, se necessário, conforme as características da deficiência.

**Art. 43.** Nos conteúdos curriculares, as instituições de ensino, tanto públicas como privadas, deverão assegurar as seguintes medidas:

I – adequação curricular, de acordo com as especificidades do aluno, permitindo-lhe a conclusão do ensino superior;

II – acessibilidade por meio de linguagens e códigos aplicáveis como Libras e o sistema braile, nos casos de alunos com necessidades diferenciadas de comunicação e sinalização, inclusive no período integral de aulas;

III – adaptação de provas, nos termos do art. 42, parágrafo único, de acordo com a deficiência;

IV – definição de critérios específicos para a análise da escrita nos casos de alunos cuja deficiência acarrete dificuldades motoras ou na utilização da gramática.

*Parágrafo único.* Consideram-se adequação curricular todos os meios utilizados pela instituição de ensino para permitir que o aluno com deficiência tenha acesso garantido ao conteúdo da disciplina, inclusive mediante a utilização de recursos tecnológicos, humanos e avaliação diferenciada, que possibilitem o conhecimento necessário para o exercício da profissão, garantindo a conclusão do ensino superior.

**Art. 44.** O currículo dos cursos de formação de professores, de nível médio e superior, deverá incluir eixos temáticos que viabilizem ao profissional acesso a conhecimentos que contribuam para a promoção da educação da pessoa com deficiência.

**Art. 45.** Para fins de autorização de novos cursos, deverão ser levadas em consideração as medidas arroladas nos arts. 40 a 44 desta Lei.

**Art. 46.** Incumbe ao Poder Executivo promover iniciativas junto às instituições de ensino superior para conscientizá-las da importância do estabelecimento de diretrizes curriculares que incluam conteúdos ou disciplinas relacionadas à pessoa com deficiência.

**Art. 47.** Incumbe ao Poder Executivo incluir e sistematizar a participação de alunos com deficiência nos programas de bolsas de estudos, como o Bolsa Renda Universidade e o Cheque Educação.